

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL DA PARAÍBA | CAISAN - PB



II PLANSAN - PB

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL DA PARAÍBA

2020 - 2023

João Azevêdo Lins Filho
Governador da Paraíba

Ana Lúcia Costa Feliciano
Vice-governadora

**CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CAISAN-PB**

Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes
Presidente

Pleno Secretarial e Executivo

Iris Rodrigues Dantas Cavalcanti (Titular)
Rafaelle Matias F. de Carvalho (Suplente)
Gabinete Civil do Governador

Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes (Titular)
Telma Virginia da Silva Custódia (Suplente)
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH

Gilmar Martins de Carvalho Santiago (Titular)
Ricardo Lavor Cavalcanti (Suplente)
Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAG

Jória Viana Guerreiro (Titular)
Patrícia Melo Assunção (Suplente)
Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA

Nivaldo Moreno de Magalhães (Titular)
Aldenora Pereira da Silva (Suplente)
Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER

Aristeu Souza Chaves (Titular)
Wallene de Oliveira Cavalcante (Suplente)
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE

Bivar de Souza Duda (Titular)
Maria Odir de Sousa Monteiro Pinheiro (Suplente)
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS

Cláudio Benedito Silva Furtado (Titular)
José Eduardo Alves Cunha (Suplente)
Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia – SEECT

Deusdete Queiroga Filho (Titular)
Vanessa Oliveira Fernandes Câmara (Suplente)
Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SEIRHMA

Lídia Moura Silva Cronemberger (Titular)
Rafaela Carneiro Cláudio (Suplente)
Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH

Efraim de Araújo Moraes (Titular)
Maria Célia Figueiredo dos Santos (Suplente)
Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

Ana Cláudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rego (Titular)
Samire Dantas de Oliveira (Suplente)
Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal - SEDAM

Geraldo Antônio de Medeiros (Titular)
Kamilla Helen Rodrigues Capistrano (Suplente)
Secretaria de Estado da Saúde – SES

Roseane Maria Barbosa Meira (Titular)
Eliane Cunha da Silva (Suplente)
Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária - SESAES

Gustavo Costa Feliciano (Titular)
Alessandra Gomes Lontra (Suplente)
Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico - SETDE

Secretaria Executiva da CAISAN - PB
Eliane Cunha da Silva (Secretária Executiva da CAISAN)
Erlyvânia Débora Henrique de Oliveira (Assessora técnica)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO II PLANSAN - PB
Aldenora Pereira da Silva - EMPAER
Maria Célia Figueiredo dos Santos - SEDAP
Vanessa Oliveira Fernandes Câmara - SEIRHMA
Rafaela Carneiro Cláudio - SEMDH
Ricardo Lavor Cavalcanti - SEPLAG
Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque - CONSEA-PB
Francimar Fernandes de Sousa Zadra - CONSEA-PB

**EQUIPE DE CONSULTORIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO,
DA ELABORAÇÃO DA MINUTA E DA SISTEMATIZAÇÃO DO II PLANSAN - PB**
Angela Carolina de Medeiros Moraes
Coordenadora Geral do Projeto de Consolidação e Gestão do SISAN PB
Bruna Laiza da Silva Teixeira
Lívio Oliveira Adelino de Lima
Maria Auxiliadora de Almeida Barros
Sarah Araújo de Lucena
Supervisores do Projeto de Consolidação e Gestão do SISAN PB

FOTOGRAFIAS
Alberto Machado
Bruna Teixeira (Colaboradora)
Luciana Bessa
Mano de Carvalho
SEDH-PB/DSAN (Arquivo)

DIAGRAMAÇÃO
Leandro de Oliveira Leite

Súmario

LISTA DE SIGLAS	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE SITUACIONAL	19
1.1 - Dados Sociodemográficos.....	19
1.2 - Insegurança Alimentar e Nutricional.....	20
1.3 - Programas e Equipamentos de SAN.....	21
1.3.1 - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER.....	22
1.3.2 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE)	23
1.3.3 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP ...	25
1.3.4 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH.....	26
1.3.5 - Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia – SEECT.....	28
1.3.6 - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH.....	28
1.3.7 - Secretaria de Estado da Saúde – SES.....	29
1.3.8 - Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária - SESAES.....	30
1.3.9 - Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SEIRHMA.....	33
1.4 - Adesão ao SISAN.....	34
1.4.1 – Dados Gerais da Adesão ao SISAN na Paraíba.....	34
1.4.2 – Municípios Paraibanos com Legislação de SAN.....	35
CAPÍTULO 2 - A 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SAN.....	36
CAPÍTULO 3 - DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INICIATIVAS DE SAN	39
3.1 - Diretriz 1 - Acesso à alimentação.....	39
3.1.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	39
3.1.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	40
3.1.3 - Objetivos e Iniciativas.....	43
3.2 - Diretriz 2 - Sistemas agroecológicos.....	44
3.2.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	44
3.2.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	46
3.2.3 - Objetivos e Iniciativas.....	47
3.3 - Diretriz 3 - Formação em SAN.....	48
3.3.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	48
3.3.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	49
3.3.3 - Objetivos e Iniciativas.....	50
3.4 - Diretriz 4 - Povos tradicionais.....	51
3.4.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	51
3.4.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	52
3.4.3 - Objetivos e Iniciativas.....	52
3.5 - Diretriz 5 - SAN na Saúde.....	53
3.5.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	53

3.5.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	54
3.5.3 - Objetivos e Iniciativas.....	54
3.6 - Diretriz 6 - Acesso à água.....	54
3.6.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	55
3.6.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	55
3.6.3 - Objetivos e Iniciativas.....	56
3.7 - Diretriz 7 – Ações Internacionais.....	57
3.8 - Diretriz 8 - Monitoramento.....	57
3.8.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB.....	58
3.8.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis.....	59
3.8.3 - Objetivos e Iniciativas.....	60
3.8.4 - Monitoramento com Indicadores de Resultados.....	60
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
APÊNDICE 1 - PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAN 2020 COM MONITORAMENTO.....	66
1.1 - Diretriz 1 - Acesso à alimentação.....	67
1.2 - Diretriz 2 - Sistemas agroecológicos.....	69
1.3 - Diretriz 3 - Formação em SAN.....	70
1.4 - Diretriz 4 - Povos tradicionais.....	71
1.5 - Diretriz 5 - SAN na Saúde.....	72
1.6 - Diretriz 6 - Acesso à água.....	73
1.7 - Diretriz 8 - Monitoramento	75
1.7.1 - Monitoramento da Execução Financeira por Diretriz Nacional de SAN.....	76
1.7.2 - Ações Especiais Realizadas na Pandemia da Covid-19.....	76
APÊNDICE 2 - PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAN 2021.....	78
2.1 - Diretriz 1 - Acesso à alimentação.....	78
2.2 - Diretriz 2 - Sistemas agroecológicos.....	80
2.3 - Diretriz 3 - Formação em SAN.....	81
2.4 - Diretriz 4 - Povos tradicionais.....	82
2.5 - Diretriz 5 - SAN na Saúde.....	83
2.6 - Diretriz 6 - Acesso à água.....	83
2.7 - Diretriz 8 - Monitoramento.....	85
2.7.1 - Ações Especiais Realizadas na Pandemia da Covid-19.....	85
APÊNDICE 3 - MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS POR ÍNDICE DE INSAN.....	86
APÊNDICE 4 - DETALHAMENTO DA ADESAO AO SISAN.....	91
4.1 - Adesão Municipal no Estado.....	91
4.2 - Municípios com Legislação Completa de SAN.....	96

LISTA DE SIGLAS

AGEVISA - Agência Estadual de Vigilância Sanitária
APL - Arranjos Produtivos Locais
ASPL - Arranjos e Sistemas Produtivos Locais
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAISAN - Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN-Nacional - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN-PB - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CASA CIVIL - Gabinete Civil do Governador
CESAN-PB - Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CODATA - Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
CONSEA-Nacional - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA-PB - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CRSAN's - Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequadas
DHANA - Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas
EAN - Educação Alimentar e Nutricional
EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FEAE - Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo
FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FUNDAGRO - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado da Paraíba
GGACS - Gerência de Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido
GRE - Gerência Regional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMC - Índice de Massa Corporal
INMETRO - Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba
INSAN - Insegurança Alimentar
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA INSAN-PB - Mapa da Insegurança Alimentar e Nutricional da Paraíba
MAPASAN - Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família
NEAPL - Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAA-CDS - Programa de Aquisição de Alimentos / Compra com Doação Simultânea;
PAAE - Programa de Auxílio à Alimentação Escolar (Recurso Estadual)
PAA-Leite - Programa de Aquisição de Alimentos / Leite
PBF - Programa Bolsa-Família
PB-TUR - Empresa Paraibana de Turismo SA
PCLH - Posto de Coleta de Leite Humano
PCT - Povos e Comunidades Tradicionais
PIB - Produto Interno Bruto
PLANSAN - Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN-Nacional - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN-PB - Plano de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba
PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROASSAN - Programação Anual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
PRONAFE - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PSF - Programa Saúde da Família
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SANE - Programa Segurança Alimentar e Nutricional da Empasa
SEAFDS - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido
SECULT - Secretaria de Estado da Cultura
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal
SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba
SEECT - Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia
SEIRHMA - Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente
SEMDH - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento
SES - Secretaria de Estado da Saúde
SESAES - Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária
SETDE - Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico
SIAPEC - Sistema de Integração Agropecuária
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

APRESENTAÇÃO

Este segundo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN-PB) é parte e fruto de uma história, em nosso estado, repleta de conquistas, avanços, dificuldades e superações na área de SAN, história essa resumidamente apresentada na Introdução deste documento. Como poderão notar, o conteúdo da História do SISAN na Paraíba possui autoria atribuída a centenas de pessoas que vêm construindo este sistema em nosso estado, pessoas essas pertencentes à área governamental e da sociedade civil.

Após a histórica introdução, no capítulo 1 podemos encontrar a análise situacional do atual contexto paraibano para a área de SAN, onde apresentamos inicialmente os dados sociodemográficos com a distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade na Paraíba; a situação da insegurança alimentar e nutricional do estado, com o destaque para o Mapa INSAN-PB 2020 que apresenta o panorama da INSAN a partir da análise de 10 indicadores nos 223 municípios paraibanos; os Programas e Equipamentos de SAN das Secretarias e Órgãos integrantes da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional; e por fim a apresentação resumida do processo de adesão ao SISAN na Paraíba, com dois mapas sintéticos da atual situação.

Tendo feita a introdução e análise situacional, entendemos como importante apresentar considerações resumidas (Cap. 2) em torno da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª CESAN-PB) com suas conferências regionais preparatórias já que representaram um grande avanço de articulação da sociedade civil no fortalecimento do SISAN no Estado da Paraíba, ao estabelecerem propostas prioritárias norteadoras das iniciativas governamentais de SAN. Tais propostas foram distribuídas de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e as estratégias de fortalecimento e efetivação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que fizeram parte do Eixo 3 nas discussões da 5ª CESAN-PB.

Com toda a etapa preparatória deste II PLANSAN-PB, constituída pela Introdução e os dois primeiros capítulos, vamos encontrar no capítulo 3 os Objetivos, as Metas e as Iniciativas deste plano estadual, todos vinculados às Diretrizes Nacionais de SAN, e precedidos pelas propostas advindas da 5ª CESAN-PB. A consolidação do conteúdo deste capítulo foi fruto do trabalho intensivo durante alguns meses, seja analisando o Plano Plurianual 2020-2023, assim como suas Leis Orçamentárias Anuais, bem como a partir do diálogo continuado com as 14 Secretarias e Órgãos componentes da CAISAN, e ainda fazendo a ponte com as prioridades da 5ª CESAN-PB, tudo para que chegássemos enfim ao conteúdo aqui apresentado, que demonstra uma primeira inovação de processo caracterizada pela intensa integração

informacional entre demandas da sociedade civil e os instrumentos de gestão governamental (PPA, LDO e LOA).

Nas considerações finais (Cap. 4), entendendo que um plano dessa natureza constitui-se em processo de permanente aperfeiçoamento, em razão mesmo da complexidade do que aqui estamos tratando, procuramos destacar os limites a serem superados e as lacunas a serem preenchidas durante o desenrolar de sua implementação. Tais limites e lacunas demandam o olhar acurado dos gestores e equipes técnicas das Secretarias e Órgãos envolvidos para que possam vir a apresentar soluções cada vez mais positivamente impactantes na realidade da Segurança Alimentar e Nutricional no estado.

Este II PLANSAN-PB traz ainda quatro apêndices, sendo os dois primeiros de enorme relevância por se tratarem das Programações Anuais de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PROASSAN) dos anos de 2020 e 2021 respectivamente. Tais programações constituem-se na segunda inovação de processo em SAN na Paraíba, já que não tínhamos até então esses instrumentos no estado e muito provavelmente também sejam ainda inexistentes nas demais unidades federativas.

Para concluir essa apresentação gostaríamos de lembrar que a pandemia provocada pela Covid-19 foi iniciada em meados de março de 2020, e trouxe grandes desafios para a gestão pública, tanto quanto para a participação social, provocando necessidades de adaptações no exercício do trabalho, com uso de tecnologias sociais e ferramentas que até então eram desconhecidas ou pouco utilizadas pelas pessoas e naturalmente pela maioria dos membros da CAISAN-PB. Articular agendas em comum e treinar as habilidades para o estudo e a construção coletiva dos conteúdos relacionados ao II PLANSAN-PB foram desafios conquistados paulatinamente com o envolvimento e o empenho da Comissão de Elaboração e da Equipe de Consultoria do processo participativo, da elaboração da minuta e da sistematização do II PLANSAN-PB.



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

INTRODUÇÃO

Um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional é parte integrante de uma história construída a inúmeras mãos, história essa que não raramente se perde no tempo. Pelo reconhecimento da relevância desse processo, dedicamos essa introdução a um resgate desse caminhar tão significativo para o povo do nosso Estado. A seguir apresentamos alguns destaques em ordem cronológica de suas ocorrências.



Figura 01 - 5ª CESAN - Etapa Regional em João Pessoa - PB.

DESTAQUES DA HISTÓRIA DO SISAN NA PARAÍBA

2003

Nacionalmente, o investimento no combate à fome e à pobreza se intensificou a partir da Estratégia Fome Zero, iniciada em 2003, com ações de ampliação e de fortalecimento das políticas públicas que contemplavam as condições sociais e de alimentação dos grupos sociais mais vulneráveis no país. O Decreto nº. 4.582, de 30 de janeiro de 2003, regulamentado pela Lei nº. 10.683 de maio de 2003, reativou o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional).

Um dos eixos da Estratégia Fome Zero incluiu a expansão de equipamentos públicos de SAN, tais

como restaurantes populares e bancos de alimentos, além do investimento no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como programas estratégicos para fortalecimento da agricultura familiar, o que impactou positivamente na estruturação destes equipamentos e programas no estado da Paraíba.

Reconhecendo a importância do fortalecimento da SAN no estado da Paraíba, um grupo da sociedade civil articulou um seminário com Frei Beto. Logo após ao seminário, várias reuniões foram realizadas para discutir a SAN no estado, culminando com a iniciativa do governo estadual em promulgar o Decreto Estadual Nº 24.029, de 25 de abril de 2003, criando o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba (CONSEA-PB), composto, à época, por 39 representantes, sendo 26 da sociedade civil e 13 de entidades governamentais.

2004

Em 2004, a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual tiveram 26 representações paraibanas como delegados(as), reiterou a importância do avanços dos marcos legais e da estruturação de um Sistema que integrasse os 03 entes federados de maneira intersetorial e com participação social ativa.

2006

Fruto deste esforço coletivo foi promulgada a Lei Nacional nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e estabeleceu as bases para a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

Em 2006, a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN promoveu a organização estrutural da SAN em todo o país. Neste mesmo ano aconteceu a II Conferência Nacional de SAN + 2, a qual contemplou a representação governamental e não governamental dos estados brasileiros.

2007

Em 2007, a criação da Câmara Interministerial de SAN (CAISAN Nacional), pelo Decreto nº 6.273 de 23 de novembro de 2007, possibilitou a agregação dos diferentes ministérios ligados à SAN, estimulando a articulação intersetorial nos estados brasileiros. No referido ano, o Decreto 6.272, de 23 de novembro de 2007, dispôs sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional). Acrescenta-se a este momento a conquista da realização da III Conferência Nacional de SAN, cujo tema foi “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”.

2008

Em 2008, por meio da Lei Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Nº 8.706, de 27 de novembro do ano mencionado, delimitaram-se as diretrizes e os objetivos da Política Estadual de SAN da Paraíba, baseando-se nos mesmos princípios da LOSAN (Lei Nº11.346/2006), com principal objetivo de

assegurar no território estadual o Direito Humano à Alimentação Adequada.

2009

No ano de 2009 a III Conferência Nacional de SAN + 2 viabilizou uma avaliação das conquistas realizadas e mais uma vez garantiu a participação dos estados brasileiros na avaliação da PNSAN e proposição de melhorias a serem implementadas “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”.

Na Paraíba deu-se início ao 1º projeto “Implantação do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba” fruto de convênio entre o MDS e a SEDH (Nº do convênio:095/2009) com vigência de 16/12 /2009 a 31/10/2011. O objetivo do convênio foi o de promover a implantação do SISAN-PB através da difusão do conteúdo da Lei de Segurança Alimentar da Paraíba e operacionalização das instâncias, programas e ações de SAN.

2010

Em 2010, destaca-se a inclusão do Direito Humano à Alimentação (DHA) na Constituição Federal. Ademais, o Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de SAN e definiu critérios para a elaboração do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN Nacional).

2011

No ano de 2011 ocorreu a realização da IV Conferência Nacional de SAN, cujo tema foi “Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos”, juntamente com a execução de etapas estaduais, territoriais/regionais de SAN, tendo como grande destaque a aprovação do I PLANSAN Nacional, cuja vigência foi de 2012 a 2015. No mesmo ano a Resolução Nacional Nº 09/2011 regulamentou os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A assinatura do Termo de Adesão da Paraíba ao SISAN, efetuada pelo então Governador do Estado em 2011, durante a IV Conferência Nacional de SAN, consolidou o compromisso oficial em avançar na implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Paraíba e adotou as recomendações da instalação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PB) e a estruturação do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (I PLANSAN-PB).

2012

Ocorreu a adesão ao SISAN de 23 Estados e do Distrito Federal. Na Paraíba em 19 de setembro de 2012 foi instituída a Câmara Intersecretarial da Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PB), por meio do Decreto nº 33.311/2012 sendo estabelecida as competências da CAISAN-PB, como elaborar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação da Política de SAN e do Plano Nacional de SAN no Estado da Paraíba.

Neste mesmo ano, na Paraíba iniciou-se o 2º projeto de organização do SISAN no Estado com título “Estruturação e Consolidação do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Paraíba.” novamente decorrente de convênio entre o MDS e a SEDH (Nº do convênio:061/2012) com vigência de 31/12/2012 a 30/11/2016. O objetivo do convênio foi o de Fortalecer o Conselho Estadual de

Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar, no âmbito do Estado da Paraíba, elaborando o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com ampla participação do CONSEA-PB, e a sensibilização de 100% dos municípios paraibanos para a adesão ao SISAN.

2014

Em 2014, o conjunto de esforços nacionais fez com que o Brasil saísse do Mapa da Fome, monitorado pela ONU, resultado este principalmente potencializado pela Estratégia Fome Zero, com intensa participação da sociedade civil.

Em âmbito estadual, uma ação de destaque foi a conquista do sétimo lugar em nível nacional do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN 2014) realizado pela Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (CAISAN-PB) mobilizando os municípios paraibanos a alimentarem a pesquisa, garantindo 80 municípios respondentes.

Outra ação estadual relevante foi a realização do Workshop sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com objetivo de divulgar a CAISAN-PB estimulando e fortalecendo a PNSAN no Estado, articulando 22 órgãos do Governo e representantes da sociedade civil, em especial representantes do CONSEA-PB e COMSEA de João Pessoa.

2015

No ano de 2015 a V Conferência Nacional de SAN, cujo tema foi “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar” trouxe para dentro de sua pauta a avaliação sobre a articulação de estados e municípios para sua inserção no SISAN, debatendo, também, estratégias para o avanço do sistema.

O Decreto Nacional Nº 8.553, de 3 de novembro de 2015 instituiu o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, por meio de acordo de Cooperação Técnica entre a CAISAN Nacional e CAISANs Estaduais, contemplando a participação de governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, além da sociedade civil organizada, de organismos internacionais e do setor privado, a fim de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira.

Com os componentes de SAN instalados, por meio da Medida Provisória Nº 230, de 02 de janeiro de 2015, o Governo da Paraíba investiu na reorganização administrativa como meio de adequação do Estado para a gestão da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, foi criada, na estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), como estratégia do governo para fortalecer as relações políticas e maximizar a execução orçamentária, na perspectiva da garantia do direito à alimentação saudável.

2016

O ano de 2016 foi marcado por um processo amplo de participação social que resultou na

construção e publicação do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (PLANSAN-PB), com vigência de 2016 a 2019, que possibilitou o registro das demandas que foram enunciadas pela sociedade civil e pelos representantes governamentais. Na elaboração desse I PLANSAN-PB foram convidados representantes do poder público e da sociedade civil dos 223 Municípios, dos quais estiveram representados 181 municípios, num total de 672 participantes sendo 313 representantes do poder público e 359 da sociedade civil, através de um total de 10 Oficinas Regionais Participativas, num esforço coletivo entre a CAISAN-PB, o CONSEA-PB e a sociedade civil do campo e da cidade.

Vale destacar que a partir deste plano a CAISAN passou a estimular ainda mais os municípios a aderirem ao SISAN e efetivarem a Política de SAN em seus territórios, visando implantar e desenvolver programas e ações de SAN para garantir o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA). Neste mesmo ano o município de Sumé se empenhou na elaboração e publicação do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Sumé (PLAMSAN-Sumé), que se configurou como o primeiro plano municipal publicado no estado da Paraíba.

Por meio do convênio nº 838.228/2016 implementa-se o 3º Projeto de Estruturação do SISAN no estado com o título “Consolidação e Gestão do SISAN na Paraíba”, tal convênio foi também entre o MDS e a SEDH, com vigência de 29/12/2016 a 29/12/2021. Seu objeto foi fortalecer os componentes do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Paraíba e apoiar a gestão e o controle social das ações do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do Pacto Nacional para Alimentação Saudável e estratégias territoriais de superação da Insegurança Alimentar e Nutricional.

2017

Em 2017 foi publicado no país o II PLANSAN Nacional, contendo um balanço da implementação e dos principais indicadores da situação da SAN da população brasileira, além das principais informações relativas à execução das metas e ao orçamento empregado.

Na Paraíba foi iniciada a implementação do terceiro Projeto de Estruturação do SISAN, executado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) cujo objetivo foi citado acima, no ano 2016.

Ainda neste ano a Paraíba assina o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, 2017-2019, que se constituiu em acordo de Cooperação Técnica entre a CAISAN Nacional e CAISAN Estadual, objetivando a qualificação das ações de SAN no Estado.

2018

Em 2018 foram realizadas pela SEDH/Projeto de Consolidação e Gestão do SISAN na Paraíba oito Oficinas de Adesão ao SISAN, com objetivo de apresentar o Projeto Consolidação e Gestão do SISAN no Estado da Paraíba e mobilizar e sensibilizar os gestores e técnicos municipais das Regiões de Assistência Social. Além disso, também foram realizados 14 Encontros FomentaSAN: Caminhos para o Direito Humano à Alimentação Adequada no Estado da Paraíba, cujo propósito foi fortalecer e difundir as ações de SAN na

perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada como estratégia para a Adesão dos Municípios ao SISAN, estimulando a participação da sociedade civil e a compreensão da gestão pública acerca da intersetorialidade e da participação social.

2019

Em primeiro de janeiro de 2019 foi editada a Medida Provisória Nº 870, que estabeleceu uma nova estrutura para o governo federal. Por meio dela, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) sofreu alterações profundas com a revogação de itens, tendo como consequência prática a inativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional). A natureza deste colegiado era/é ser órgão de assessoramento à Presidência da República, com a competência institucional de apresentar proposições e exercer o controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas de SAN. Nesse sentido, desativar o CONSEA Nacional representa um grave retrocesso, a negação de um espaço público plural no debate e no controle social das políticas de SAN. A desativação desse conselho impactou a realização da VI Conferência Nacional de SAN, prevista para 2019 e que já havia sido demandada por este conselho. Esta mudança também interferiu na definição das prioridades para o III Plano Nacional de SAN (2020-2024).

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Nacional) atualmente encontra-se em processo de reestruturação e as ações do Plano Nacional de SAN foram impactadas, tendo inúmeras dificuldades para a sua concretização e seu monitoramento.

Apesar do impacto da inativação do CONSEA Nacional, a Paraíba continuou defendendo o compromisso em garantir o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas com a manutenção do funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-PB) e da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PB), fomentando recursos diversos para que programas e ações de SAN continuassem sendo realizados.

Em 2019 o CONSEA-PB participou da Oficina de Mobilização em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de analisar a conjuntura, refletir sobre incidência política, e facilitar o debate estratégico sobre a realização de uma Conferência Nacional autônoma, democrática e popular em defesa de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Essa oficina, realizada pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e representações dos CONSEAS estaduais, recomendou como estratégia política a realização das Conferências Estaduais de modo oficial, com o objetivo de garantir a continuidade e a autonomia do SISAN no nível estadual. O CONSEA-PB, seguindo as orientações do movimento nacional, demandou a convocação e a instalação do processo da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª CESAN-PB) e suas etapas regionais pelo Governo da Paraíba, o que ocorreu por meio do Decreto Nº 39.560 de 10 de outubro de 2019.

Desse modo, num trabalho conjunto entre o CONSEA-PB, a CAISAN-PB e a equipe do Projeto Consolidação e Gestão do SISAN na Paraíba, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Humano da Paraíba (SEDH-PB), foram articulados(as) e mobilizados(as) representantes da sociedade civil e dos governos dos municípios paraibanos com objetivo de realizar uma avaliação do contexto de SAN do estado, debatidas as demandas das regiões e identificadas as prioridades a serem contempladas no II PLANSAN-PB, com vigência para 2020 a 2023.



Figura 02 - 5ª CESAN - Etapa Regional em João Pessoa - PB.

2020

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano publica em junho de 2020 o Mapa da Insegurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2020 (Mapa INSAN-PB), cujos dados são resultantes da análise de 10 indicadores da situação de SAN dos 223 municípios paraibanos, identificando 86 municípios em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, com níveis extremamente alto e alto de INSAN. Este mapa passa a ser referência no planejamento das ações de SAN no Estado, fundamentalmente quanto às medidas emergenciais de combate à Covid-19.

Os 86 municípios em situação de INSAN, acima mencionados, participaram de encontros virtuais de apoio técnico com a equipe do Projeto de Consolidação e Gestão do SISAN na Paraíba, na perspectiva da superação da insegurança alimentar, elaborando os Planos de Ação Supera INSAN.

Ainda em 2020 tivemos o início do processo de elaboração do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (PLANSAN-PB), com a 1ª Oficina Virtual de Elaboração do II PLANSAN-PB, para a qual foram convidados(as) técnicos(as) representantes das Secretarias e Órgãos que compõem a CAISAN-PB.

2021

Conclusão e publicação do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (PLANSAN-PB), com vigência 2020-2023, integrando as demandas prioritárias da 5ª Conferência Estadual

de SAN com as demais ações de SAN realizadas pelas Secretarias e Órgãos estaduais participantes da CAISAN-PB, plano esse resultante também da análise do conteúdo do Plano Plurianual (PPA 2020-2023) e suas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Esse processo resultou em uma inovação paraibana que foi a publicação, concomitante ao II PLANSAN-PB, do que se denominou Programação Anual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PROASSAN 2020 e 2021).

Foram realizados dois Encontros Virtuais InterSAN que tiveram como objetivo debater sobre a intersetorialidade na Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal, estimulando a articulação entre secretarias e órgãos para o fortalecimento da gestão pública em municípios brasileiros. Em seguida realizou-se o I Workshop de Fortalecimento das CAISANs Municipais do Estado da Paraíba, tendo o intuito de assessorar CAISANs Municipais no seu processo de formação e funcionamento.

Ainda neste ano foram realizados mais dois Encontros Virtuais EcomSAN com a intenção de fomentar o diálogo com os conselheiros municipais e as entidades da sociedade civil sobre Segurança Alimentar Nutricional (SAN) enquanto Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a partir da história de SAN e da estrutura do SISAN no âmbito municipal. As provocações geradas nas atividades virtuais geraram o planejamento e a realização do I Workshop de Fortalecimento dos COMSEAs do Estado da Paraíba, fortalecendo o entendimento da sociedade civil e das gestões públicas acerca do funcionamento destes conselhos no território paraibano.

Em relação ao processo de adesão municipal ao SISAN, em 2021 chegamos à marca de 61% dos municípios com referendos nacionais de adesão ao SISAN ou em processo. O detalhamento desta informação encontra-se no item 1.4 Adesão ao SISAN.

Chegamos ao final (e começo) dessa história, repleta de ricas singularidades pela dedicação de inúmeros(as) companheiros(as) que se mobilizaram para a construção de uma Paraíba compromissada com a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas e portanto livre da fome, pois como bem nos lembra Josué de Castro a fome é a expressão biológica de males sociológicos.



CAPÍTULO 1 ANÁLISE SITUACIONAL

1.1 - Dados Sociodemográficos

A Paraíba, localizada na Região Nordeste do Brasil, possui 223 municípios e uma área de 56.468,435 km². Faz limite com Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, além do Oceano Atlântico. Apresentou no último Censo do IBGE (2010) uma população de 3.766.528 pessoas e densidade demográfica de 66,70 hab/km².

Apresentamos na Figura 03 os dados relacionados ao detalhamento demográfico da população paraibana por grupos de idade e sexo.

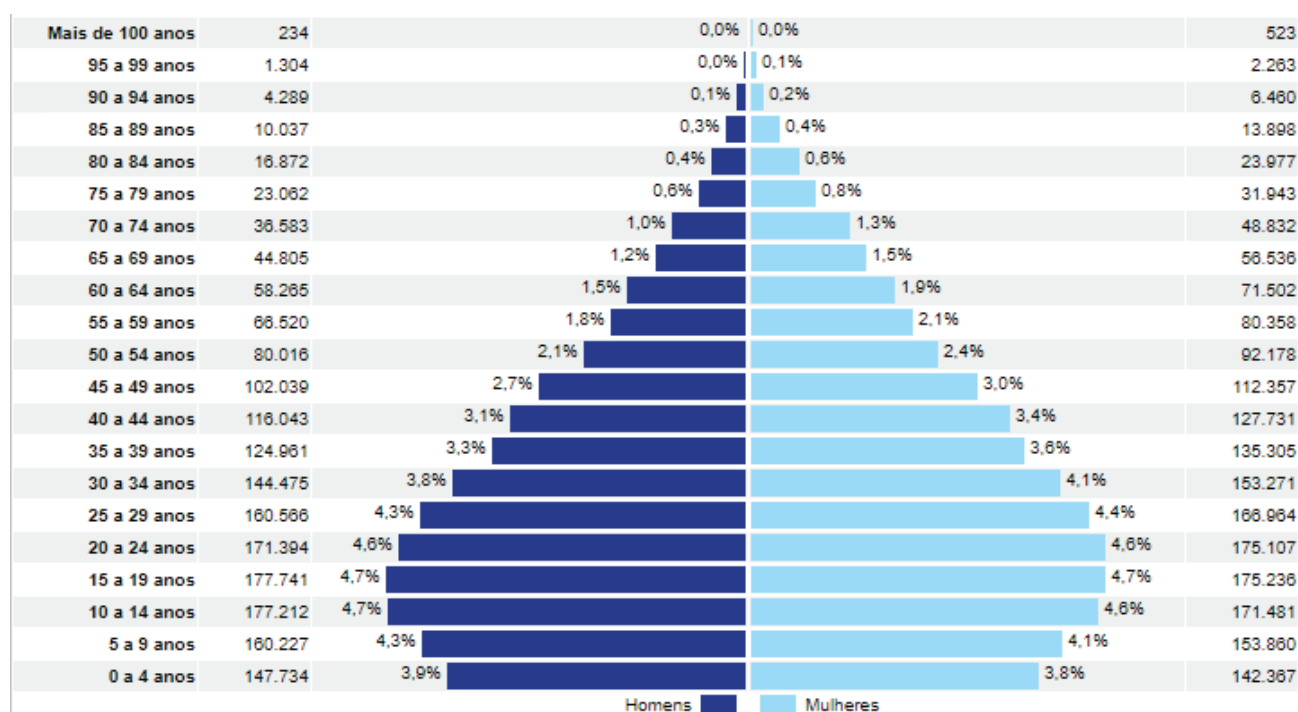


Figura 03 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade na Paraíba.

Fonte: IBGE, 2010.

Uma marcante característica apresentada pela população do Estado da Paraíba, no período 2000-2010, foi o deslocamento de expressivo contingente populacional para as zonas urbanas do Estado. Esse comportamento acompanhou a tendência verificada para o país e também para a Região Nordeste, num fenômeno que pode ser observado ao se comparar o grau de urbanização no período considerado nesta análise. No ano de 2000, o grau de urbanização da Paraíba era de 71,06%, evoluindo para 75,37% em 2010 (IBGE, 2020).

De acordo com os dados do IBGE apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (PNAD, Março de 2020), no Estado da Paraíba o maior percentual de pessoas desocupadas está concentrada entre a faixa etária de 14 a 18 anos (35,1%), de 25 a 39 anos (32,7%) e de 40 a 59 anos (24,8%), dessa classificação temos um percentual de 53,4%

mulheres e 46,6% de homens desocupados. Em relação aos dados de rendimento, a média salarial entre os homens é de R\$ 2.888,00 e entre as mulheres de R\$ 2.274,00.

REFERÊNCIA

IBGE. **Dados do Censo Demográfico 2010**. Acessado em 20/04/2021:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>>

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 1º Trimestre de 2020. Acessado em 20/04/2021: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=27704&t=destaques>>

1.2 - Insegurança Alimentar e Nutricional

A análise da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional dos municípios paraibanos, realizada em junho de 2020 pela equipe do Projeto Sisan da SEDH, considerou os 10 indicadores abaixo relacionados, cujos dados foram apreciados por representarem condições de vulnerabilidade social, econômica e nutricional, e consequentemente impacto direto na condição de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN)

- Estado Nutricional (Tipo: IMC X IDADE) relacionado à Magreza Acentuada,
- Estado Nutricional (Tipo: IMC X IDADE) relacionado à Obesidade Grave,
- Percentual de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF),
- Percentual de Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza Fora do Programa Bolsa Família (PBF),
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM),
- Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados,
- Percentual de Pessoas de 15 a 24 Anos que não Estudam, não Trabalham e são Vulneráveis,
- Existência de Povos Tradicionais e Originários,
- Existência de Feiras Agroecológicas
- Existência e Funcionamento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs).

Para o processo de análise foram estabelecidas pontuações diferentes que variam: de 0,0 a 1,5 para os indicadores Estado Nutricional (Tipo: IMC X IDADE) relacionado à Magreza Acentuada, Estado Nutricional (Tipo: IMC X IDADE) relacionado à Obesidade Grave, Percentual de Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza, fora do Programa Bolsa Família (PBF), e Percentual de Famílias Beneficiárias do PBF; de 0,0 a 1,0 para Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; de 0,0 a 0,5 para Percentual Pessoas de 15 a 24 Anos que não Estudam, não Trabalham e são Vulneráveis, Existência de Povos Tradicionais e Originários, Existência de Feiras Agroecológicas, Existência e Funcionamento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs).

Os 223 municípios foram categorizados em cinco níveis de INSAN: Extremamente Alto; Alto; Médio; Baixo e Extremamente Baixo. Os resultados passaram a compor o documento Mapa INSAN-PB 2020 e apresentaram 86 municípios nas duas primeiras categorias (Extremamente Alto e Alto nível de INSAN). A relação completa dos municípios e seus respectivos níveis de INSAN encontram-se no Apêndice 3.

Abaixo apresentamos na Figura 04 o mapa elaborado com os resultados obtidos.

MAPA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PARAÍBA

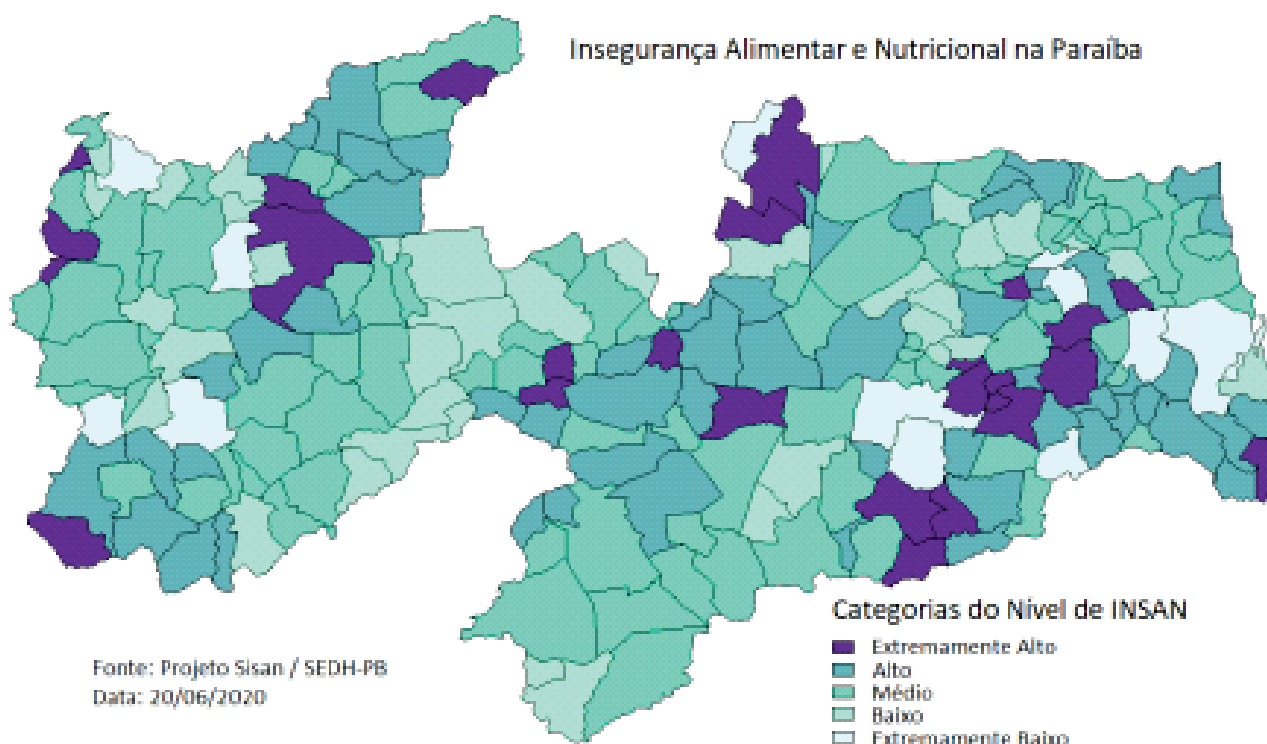


Figura 04 – Mapa da INSAN na Paraíba.

1.3 - Programas e Equipamentos de SAN

A estrutura formada por Programas e Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, colocada à disposição da população paraibana pelas Secretarias e Órgãos integrantes da Câmara Intersecretarial de SAN da Paraíba, encontra-se, com seus principais componentes, apresentada abaixo e distribuída por instituição responsável.



Figura 05 - Cisterna de Produção Calçadão.

1.3.1 - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER

O Programa de SAN desenvolvido pela EMPAER, citado aqui, constitui-se no Apoio Técnico e Logístico a 79 Feiras do Agricultor, que se encontram relacionadas no Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 - Equipamentos de SAN: Feiras do Agricultor.

REGIÃO	MUNICÍPIO - TOTAL DE FEIRAS
Areia	Algodão de Jandaíra-1; Arara-1; Areia-1; Areial-1; Esperança-1; Montadas-1; Pilões-1; Puxinanã-1; Remígio-1; São Sebastião de Lagoa de Roça-1.
Campina Grande	Campina Grande-4.
Cajazeiras	Bonito de Santa Fé-1; Cajazeiras-1.
Guarabira	Alagoa Grande-1; Guarabira-2; Itapororoca-1; Jacaraú-1; Lagoa de Dentro-1; Pirpirituba-1.
Itabaiana	Alagamar, Salgado de São Félix-1; Gurinhém-1; Ingá-1; Itabaiana-1; Juripiranga-1; Mogeiro-1; Pilar-1; São José dos Ramos-1; São Miguel de Taipu-1.
Itaporanga	Boa Aventura-1; Conceição-1; Itaporanga-1; Santa Inês-1; Santana de Mangueira-1; Santana dos Garrotes-1.
João Pessoa	Cabedelo-1; Capim-1; Conde-1; Cruz do Espírito Santo-1; Cuité de Mamanguape-1; Curral de Cima-1; Marí-1; Rio Tinto-2; Sapé-1.
Patos	Catingueira-1; Malta-1; Patos-1; Quixaba-1; Santa Terezinha-1; São Jose de Espinharas-1; São Mamede-1; Várzea-1.
Picuí	Cubati-1
Princesa Isabel	Água Branca-1; Juru-1; Maturéia-1; Tavares-1.
Serra Branca	Assunção-1; Caraúbas-1; Congo-1; Coxixola-1; Livramento-1; Monteiro-2; São José dos Cordeiros-1; Sumé-1; Taperoá-1; Zabelé-1.
Solânea	Arara-1; Bananeiras-1; Borborema-1; Cacimba de Dentro-1; Serraria-1; Solânea-1.
Sousa	Nazarezinho-1.

Fonte: EMPAER

1.3.2 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE)

A SEAFDS, por meio do PROCASE, tem no apoio técnico e logístico a Feiras Agroecológicas seu principal programa de SAN, mas também desenvolve apoio a Quintais Produtivos, Bancos de Sementes e Viveiros de Frutíferas. Nos três quadros seguintes encontram-se detalhamentos dessas informações.

Quadro 02 - Programa e Equipamentos de SAN SEAFDS/PROCASE.

Programa(s) de SAN Desenvolvido(s)	Equipamento(s) de SAN
Feiras Agroecológicas, Quintais Produtivos, Banco de Sementes, Viveiros de Frutíferas para beneficiamento de polpa de frutas.	1 - Apoio Técnico e Logístico a: A - Centros de Beneficiamento e Derivados de Leite de Cabra (Energia Solar); B - Agroindústria de Polpas de Frutas (Energia Solar); C - Feiras Agroecológicas (relacionadas abaixo); 2 - Implantação de Viveiros de Mudas (relacionados abaixo).

Fonte: GGACS/PROCASE

Quadro 03 - Outros Equipamentos de SAN do PROCASE: Feiras Agroecológicas Apoiadas.

REGIÃO	MUNICÍPIOS
Curimataú	Barra de Santa Rosa; Cuité; Nova Floresta; Picuí; Arara; Remígio.
Médio Sertão	Santa Luzia; São Mamede; Várzea.
Seridó	Cubati; Juazeirinho; São Vicente do Seridó.
Cariri Ocidental	Assunção; Congo; Coxixola; Livramento; Monteiro; Parari; Prata; São João do Tigre; São José dos Cordeiros; São Sebastião do Umbuzeiro; Sumé; Taperoá; Zabelê.
Cariri Oriental	Alcantil; Barra de Santana; Barra de São Miguel; Boa Vista; Boqueirão; Cabaceiras; Caraúbas; Caturité; Gurjão; Santo André; São Domingos do Cariri; São João do Cariri; Soledade.

Fonte: GGACS/PROCASE



Figura 06 - Feira da Agricultura Familiar.

Quadro 04 - Outros Equipamentos de SAN do PROCASE: Viveiros de Frutíferas Implantados.

REGIÃO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE
Curimataú	Algodão de Jandaíra	Assentamento Paulo Freire
Curimataú	Barra de Santa Rosa	Assentamento Riacho da Cruz
Curimataú	Barra de Santa Rosa	Assentamento Riacho do Sangue
Curimataú	Damião	Assentamento Santa Verônica
Curimataú	Cuité	Assentamento Bujari
Curimataú	Cuité	Assentamento Brandão
Médio Sertão	Santa Luzia	Saco dos Goitis
Cariri Ocidental	Monteiro	Assentamento Xique-Xique
Cariri Ocidental	Taperoá	Juá
Cariri Ocidental	Livramento	Quilombo Sussuarana
Cariri Oriental	Barra de Santana	Assentamento Novo Mundo

Fonte: GGACS/PROCASE

1.3.3 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

Um dos principais programas de SAN desenvolvido pela SEDAP é o Fortalecimento Organizacional e Produtivo da Agropecuária, com o apoio ao processo produtivo e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar através de feiras dos produtores.

Quadro 05 - Equipamentos: Feiras da Agricultura Familiar Apoiadas.

REGIÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Cariri Ocidental	Assunção, Coxixola, Parari, Prata, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê.
Curimataú	Barra de Santa Rosa, Cuité, Nova Floresta, Picuí.
Mata Norte (Em instalação)	Cruz do Espírito Santo, Sapé, Mari, Mataraca, Jacaraú, Rio Tinto e Marcação.

Fonte: SEDAP

Além do programa de SAN e equipamentos acima, outros encontram-se em fase final de instalação, e são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 06 - Outros Programas e Equipamentos de SAN em Instalação.

EQUIPAMENTOS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba: Matadouros	Mari, Solânea e Uiraúna.
Banco de Alimentos	Região Metropolitana de João Pessoa.
Centro de Apoio à Mandiocultura	Municípios beneficiados: Arara, Areial, Campina Grande, Esperança, Lagoa Seca, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, São Sebastião de Lagoa de Roça.
Registro de Indicação Geográfica - Cadeia Produtiva	Cadeia Produtiva do Coco da Região de Sousa.
Dois Galpões de Comercialização da Agricultura Familiar	Instalados na Empasa, os dois galpões atenderão todos os municípios da região litorânea do Estado, e nos territórios onde a produção orgânica e agroecológica é assistida por técnicos da EMPAER.

Fonte: SEDAP

1.3.4 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH

A instalação e manutenção dos Restaurantes Populares são um dos principais programas de SAN da SEDH, com cinco restaurantes instalados e outros cinco em fase de implementação. Outros relevantes programas de SAN da SEDH são: Instalação de Cisternas; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa de complementação de renda com Cartão Alimentação; e o de Distribuição de Filtros de Cerâmica.

Quadro 07 - Restaurantes Populares Instalados e em Instalação.

Equipamento(s) de SAN
Restaurante Popular de João Pessoa Rua: Rita Xavier de Oliveira, S/N, Mangabeira, CEP: 58.055-020
Restaurante Popular de Santa Rita Rua: Pombal, S/N, Centro - Tibiri II, CEP: 58.302-300
Restaurante Popular de Campina Grande Rua: Floriano Peixoto, 651, Centro, CEP: 58.400-165
Restaurante Popular de Patos Rua: Donato Lúcio, 276, Jatobá, CEP: 58.707-380
Restaurante Popular de Sousa Rua: Avenida Cônego José Viana, 05 Centro - Sousa CEP: 58.807-320
Mais cinco Restaurantes Populares a serem instalados no segundo semestre de 2021 em: São Bento; Pombal; Cajazeiras; Monteiro e Guarabira.

Fonte: SEDH/DSAN

Quadro 08 - Municípios Atendidos com Cartão Alimentação .

Equipamento(s) de SAN: Cartão Alimentação. Municípios – Total de Beneficiado
Alagoa Nova-329; Alhandra-404; Aparecida-300; Araçagi-198; Areia-582; Baía da Traição-218; Bananeiras-249; Bayeux-1330; Borborema-120; Caaporã-396; Cabedelo-1654; Cacimba de Dentro-295; Cacimbas-148; Cajazeiras-1882; Caldas Brandão-217; Campina Grande-3899; Casserengue-121; Conceição-182; Conde-927; Coremas-191; Cruz do Espírito Santo-104; Cuitegi-48; Curral Velho-287; Diamante-511; Dona Inês-132; Emas-44; Frei Martinho-165; Guarabira-1072; Gurinhém-66; Igaracy-189; Imaculada-154; Ingá-226; Itabaiana-95; Itaporanga-650; Itapororoca-494; Jacaraú-62; João Pessoa-18235; Juarez Távora-131; Junco do Seridó-152; Juru-270; Lastro-159; Lucena-219; Manaíra-235; Marcação-162; Mari-1471; Massaranduba-209; Mogeiro-355; Mataraca-54; Natuba-281; Passagem-46; Nova Palmeira-64; Patos-12; Pedra Branca-106; Pedras de Fogo-460; Picuí-545; Pilar-448; Pilõesinhos-156; Pitimbu-476; Pirpirituba-235; Pombal-480; Princesa Isabel-318; Remígio-396; Riachão do Bacamarte-163; Riachão do Poço-238; Riacho dos Cavalos-47; Rio Tinto-209; Salgado de São Félix-194; Santa Luzia-240; Santa Rita-1907; Santana dos Garrotes-45; Santa Teresinha-21; São Bento-181; São José de Princesa-53; São José de Espinharas-70; São José do Brejo do Cruz-52; São José do Sabugi-54; São Mamede-124; Sapé-1763; Serra Redonda-193; Serraria-87; Sertãozinho-386; Sobrado-115; Soledade-195; Sousa-268; Tacima-424; Tavares-40; e Teixeira-548.

Fonte: SEDH/DSAN

Quadro 09 - Municípios Atendidos com Cisterna de 1ª Água para Consumo Humano.

Equipamento(s) de SAN: Cisternas de 16 mil litros. Municípios – Total de Cisternas
Água Branca-237; Alagoa Grande-80; Algodão de Jandaíra-15; Aparecida-171; Araçagi-240; Araruna-82; Areia-61; Areia de Baraúnas-47; Aroeiras-332; Assunção-13; Barra de Santa Rosa-275; Bernardino Batista-30; Boa Vista-365; Bom Jesus-25; Cachoeira dos Índios-204; Cacimbas-20; Caiçara-35; Cajazeiras-960; Cajazeirinhas-214; Caldas Brandão-104; Campina Grande-1332; Carrapateira-60; Conceição-90; Catolé do Rocha-100; Caturité-20; Condado-30; Cuité-12; Curral Velho-80; Diamante-80; Desterro-277; Dona Inês-11; Frei Martinho-11; Esperança-215; Gado Bravo-114; Gurinhém-191; Ingá-50; Itabaiana-295; Itaporanga-130; Itatuba-357; Juarez Távora-224; Junco do Seridó-130; Juru-508; Logradouro-179; Manaíra-562; Malta-42; Massaranduba-175; Marizópolis-22; Mogeiro-23; Natuba-510; Montadas-106; Monteiro-772; Mulungu-70; Passagem-63; Nova Floresta-30; Nova Palmeira-41; Olho d'Água-76; Oivedos-78; Pedra Branca-50; Paulista-263; Pombal-700; Pocinhos-484; Poço Dantas-50; Princesa Isabel-116; Remígio-21; Puxinanã-464; Riachão do Bacamarte-20; Riachão-20; Salgado de São Félix-403; Santa Luzia-70; Santa Cecília-145; Santa Helena-75; Santa Inês-30; São Bento-466; São Domingos de Pombal-135; São João do Cariri-30; São João do Rio do Peixe-341; São José do Bonfim-20; São José do Sabugi-41; Serra Redonda-60; Serra Grande-22; Solânea-350; Tacima-63; Taperoá-130; Triunfo-50; Uiraúna-50; Umbuzeiro-330; Várzea-113; Vieirópolis-60; e Vista Serrana-42.

Fonte: SEDH/DSAN

Quadro 10 - Municípios Atendidos com Cisterna de 2ª Água para Produção.

Equipamento(s) de SAN: Cisternas de Produção. Municípios – Total de Cisternas
Algodão de Jandaíra-64; Amparo-63; Arara-64; Araruna-28; Areia de Baraúnas-61; Assunção-63; Bananeiras-6; Baraúna-64; Belém do Brejo do Cruz-19; Brejo do Cruz-64; Cacimba de Dentro-63; Cacimbas-58; Campina Grande-70; Casserengue-62; Catolé do Rocha-60; Cuité-63; Damião-63; Desterro-63; Dona Inês-5; Frei Martinho-64; Lagoa Seca-62; Livramento-63; Massaranduba-62; Montadas-63; Monteiro-68; Passagem-64; Nova Palmeira-90; Ouro Velho-63; Picuí-60; Poço de José de Moura-26; Prata-61; Puxinanã-63; Riachão-41; Salgadinho-64; São Bento-61; São João do Rio do Peixe-43; São José do Brejo do Cruz-43; São Sebastião de Lagoa de Roça-61; Serra Branca-64; Solânea-63; Tacima-23; Sumé-64; Taperoá-68; e Uiraúna-63.

Fonte: SEDH/DSAN

Quadro 11 - Municípios Atendidos com Cisterna de Escola.

Equipamento(s) de SAN: Cisternas de Escola. Municípios – Total de Cisternas
Alagoa Grande-11; Bernardino Batista-6; Bom Jesus-4; Borborema-1; Brejo do Cruz-10; Brejo dos Santos-5; Diamante-7; Itaporanga-4; Jericó-6; Malta-1; Natuba-15; Nazarezinho-6; Pilar-5; Poço Dantas-6; Santa Helena-4; Santa Inês-11; São Bento-8; Joca Claudino-2; Sobrado-6; e Triunfo-6.

Fonte: SEDH/DSAN

1.3.5 - Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia – SEECT

Dois são os principais Programas de SAN da SEECT, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com recurso federal, e o Programa de Auxílio à Alimentação Escolar (PAAE) com recurso estadual. Considerando que as escolas estaduais são os equipamentos de SAN em questão, e dado o elevado número delas no território estadual, no quadro abaixo encontram-se os totais de escola por Gerência Regional de Educação.

Quadro 12 - Programa e Equipamentos de SAN SEECT.

Programa(s) de SAN Desenvolvido(s)	Equipamento(s) de SAN
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (Recurso Federal) PAAE - Programa de Auxílio à Alimentação Escolar (Recurso Estadual)	1ª GRE - 167 escolas; 2ª GRE - 54 escolas; 3ª GRE - 120 escolas; 4ª GRE - 20 escolas; 5ª GRE - 26 escolas; 6ª GRE - 38 escolas; 7ª GRE - 37 escolas; 8ª GRE - 21 escolas; 9ª GRE - 41 escolas; 10ª GRE - 28 escolas; 11ª GRE - 16 escolas; 12ª GRE - 28 escolas; 13ª GRE - 17 escolas; 14ª GRE - 33 escolas;

Fonte: SEECT

1.3.6 - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH

O Programa de SAN da SEMDH constitui-se na identificação de situações de vulnerabilidade social e econômica dos públicos atendidos e no consequente encaminhamento para os órgãos competentes, para o acolhimento e resolução da demanda.

O Centro de Referência João Balula tem como finalidade o enfrentamento ao racismo e a intolerância religiosa, e nesse processo contribui com a redução das desigualdades raciais e incentiva a equidade racial para a população negra, povos e comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas, cigana e de religião de matriz africana (Candomblé, Umbanda e Jurema).

Quadro 13 - Programa e Equipamentos de SAN SEMDH.

Programa(s) de SAN Desenvolvido(s)	Equipamento(s) de SAN
Articulação para Acesso a Programas de SAN para Público Prioritário	Centro Estadual de Referência de Igualdade Racial - João Balula Rua Rodrigues de Aquino, 220, centro, João Pessoa/PB. Telefone: 3221-6358. Email: centrojoaobalula@semdh.pb.gov.br Telefone: 3221-6358. Email: centrojoaobalula@semdh.pb.gov.br Telefone: 3221-6358. Email: centrojoaobalula@semdh.pb.gov.br

Fonte: SEMDH

1.3.7 - Secretaria de Estado da Saúde – SES

Na área da Saúde temos como programas a implementação e manutenção dos Bancos de Leite Humano; o programa Crescer Saudável, Estratégia NutriSUS; o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A; a participação no Programa Bolsa Família; a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil; e ainda o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Dada a abrangência e complexidade do serviço, entendemos que toda unidade de saúde é também um equipamento de SAN, porém o destaque será dado abaixo aos Bancos de Leite Humano e suas respectivas unidades de coleta.

Quadro 14 - Equipamentos de SAN: Bancos de Leite Humano

Equipamento de (SAN)
ENDEREÇOS E CONTATOS 1 - Banco de Leite Humano Anita Cabral Av. Cruz das Armas, s/n, Cruz das Armas João Pessoa - CEP: 58085-000 Tel.: 83-99103-0059 instagram: @bancodeleite.anitacabral blh.anita@gmail.com 2 - Complexo de Saúde de Guarabira Banco de Leite Humano Merijane Claudino da Silva Rua Prefeito João Pimentel Filho, 447, Centro. Guarabira - CEP: 58200-000 Tel.: 83-3271-2083 / 83-3271-4934 blhgba@hotmail.com 3 - Hospital Regional de Cajazeiras / Maternidade Deodato Cartaxo Banco de Leite Humano de Cajazeiras Av. Dr. José Moreira Figueiredo, s/n , Centro Cajazeiras - CEP: 58900-000 Tel.: 83-3531-4456 /83-3531-3618 blhcajazeiras@gmail.com 4 - Maternidade Dr. Peregrino Filho Banco de Leite Humano Dra. Vilani Kehrle Rua Elias Asfora, s/n , Jardim Guanabara Patos - CEP: 58701-000 Tel.: 83-3421-3601 / 83-3421-3601 dra.vilanikehrle@gmail.com
POSTOS DE COLETA 1. PCLH Maternidade Frei Damião Av. João Machado, 212, Centro, João Pessoa - CEP: 58085-100 Tel.: 83-3612-2800/ 3612-2840 pclh.mfd@hotmail.com 2. PCLH - Instituto Hospitalar General Edson Ramalho Rua Eugênio de Lucena Neiva, S/N, 5 , Jardim 13 de Maio João Pessoa - CEP: 580025020 Tel.: 83-3218-7999 - Fax: 83-3244-5800 pclho_hpm@outlook.com 3 . Posto de Coleta Sinhá Carneiro – Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro em Santa Luzia R. Bonifácio Nóbrega, 775 , São José, Santa Luzia - CEP: 58600-000 Tel.: 83-3461-2280 - Fax: 83-3461-2580 nurse_anne09@hotmail.com 4. Posto de coleta e Porcionamento Maternidade Peregrino Filho – Maternidade Peregrino Filho em Patos Rua Elias Asfora, s/n , Jardim Guanabara Patos - CEP: 58701-000 Tel.: 83-3421-3601 / 83-3421-3601 dra.vilanikehrle@gmail.com / mpfpatos@gmail.com

5. Posto de Coleta Noemi Holanda Mariz – Hospital Regional Deputado Manoel Gonçalves de Abrantes em Sousa
Rua José Facundo de Lira, s/n – CEP:58802-180
Tel: 83 3522-6183 / 99410-4000
pclh.hrs@hotmail.com

6. POSTO DE COLETA BERENICE ALENCAR DE SOUSA – Hospital Senador Rui Carneiro em Pombal
RUA CORONEL JOÃO LEITE, 294 , CENTRO Pombal - CEP: 58840-000
Tel.: 83-3431-2149 / 83-3431-3371
pclh_hrp.berenice@hotmail.com / hrpombal@hotmail.com

7. Posto de Coleta de Leite Humano Hospital Geral de Mamanguape – Hospital Geral de Mamanguape em Mamanguape
Rua Walfredo de Almeida, s/n, Areal – Mamanguape – PB CEP: 58.280-000
Tel.: (83) 3292-9056
hgm.coordgeralenfermagem@gmail.com

Fonte: SES

1.3.8 - Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária - SESAES

A SESAES atua com os seguintes programas de SAN: Compras Emergenciais, Compras Institucionais, PAA/CDS e Feiras Agroecológicas, inclusive com parcerias intersetoriais com Secretarias Estaduais para as compras institucionais, designando equipes técnicas para acompanhar os editais e articular os grupos da agricultura familiar.

No quadro abaixo relacionamos os Centros e Casas de Economia Solidária instalados em várias regiões do Estado como importantes equipamentos de SAN.

Quadro 15 - Equipamentos de SAN da SESAES: Centros e Casas de Economia Solidária.

Equipamento(s) de SAN
• Centro Público de Economia Solidária. – Rua Gama e Melo, 126. Varadouro, João Pessoa - PB • Central de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária. – Rodovia PB 073; S/N. Bairro Terra Nova. Sapé - PB • Casa de Economia Solidária – Rua Dr. Gouveia Nóbrega, 62. Centro, Soledade - PB. • Casa de Economia Solidária de Sumé I – Rua Badico Rafael, S/N. Centro, Sumé - PB. • Casa de Economia Solidária de Sumé II • Casa de Economia Solidária – Rua Coronel João Leite, 393. Centro, Pombal - PB. • Casa de Economia Solidária – Rua Venâncio Neiva, 59. Centro, Ingá - PB. • Casa de Economia Solidária – Rua Coronel Antônio, 125. Centro, Araruna - PB. • Casa de Economia Solidária – Rua 08 de Maio, 36. Centro, Barra de Santa Rosa - PB.

Fonte: SESAES/SEDH

Quadro 16 - Equipamentos de SAN da SESAES: Feiras Agroecológica.

MUNICÍPIO	LOCAL DA FEIRA	DIA
João Pessoa	Centro Administrativo	Terça
João Pessoa	Centro Público Estadual de Economia Solidária	Quarta e Sexta
João Pessoa	PB PREV	Quarta e Sexta
João Pessoa	Restaurante Popular de Mangabeira	Quarta
João Pessoa	Detran	Quinta
João Pessoa	Fundação José Américo	Sexta
Sapé	Central de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária	Sexta
Pombal	Casa de Economia Solidária	Sexta
Soledade	Casa de Economia Solidária	Segunda e Sexta
Sumé	Casa de Economia Solidária	Sexta
Monteiro	Antigo Mercado Público	--
Araruna	Casa de Economia Solidária	Quarta
Logradouro	Mercado de Artesanato	Sexta

Fonte: SESAES/SEDH



Figura 07 - Feira da Agricultura Familiar.

Quadro 17 - Equipamentos de SAN da SESAES: PAA / CDS.

Municípios Contemplados com o PAA/CDS - LOA (Em Fase de Construção)	
Alhandra; Amparo; Araçagi; Arara; Araruna; Areia; Areia De Baraúna; Assunção; Baía Da Traição; Bananeiras; Baraúna; Barra De Santa Rosa; Barra De Santana; Barra De São Miguel; Belém; Boqueirão; Brejo Do Cruz; Caaporã; Cacimbas; Cajazeirinha; Capim; Caraúbas; Carrapateira; Casserengue; Catolé Do Rocha; Conceição; Condado; Conde; Congo; Coxixola; Cruz Do Espírito Santo; Cubati; Cuité; Gurinhém; Ibiara; Igaracy; Ingá; Itabaiana; Itaporanga; Itatuba; Jacaraú; Joca Claudino/Santarém; Juazeirinho; Livramento; Logradouro; Lucena; Mamanguape; Marcação; Mari; Massaranduba; Mataraca; Mogeiro; Monteiro; Mulungu; Nazarezinho; Olho D'água; Patos; Paulista; Pedra Lavrada; Pedras De Fogo; Pedro Régis; Piancó; Picuí; Pirpirituba; Pitimbu; Poço Dantas; Poço José De Moura; Pombal; Prata; Princesa Isabel; Puxinanã; Queimadas; Remígio; Riachão Do Bacamarte; Riacho Dos Cavalos; Rio Tinto; Salgado De São Félix; Santa Helena; Santa Terezinha; Santana De Mangueira; Santana Dos Garrotes; São João Do Cariri; São João Do Tigre; São João Do Rio Do Peixe; São José De Caiana; São José De Espinharas; São José De Lagoa Tapada; São José Do Bonfim; São José Dos Ramos; São Sebastião Do Umbuzeiro; São Sebastião De Lagoa De Roça; Sapé; Serra Branca; Serraria; Sobrado; Solânea; Sousa; Sumé; Tacima / Campo de Santana; Taperoá; Triunfo; Vieirópolis; Zabelê.	

Fonte: SESAES/SEDH

Quadro 18 - Equipamentos de SAN Apoiados pela SESAES

Equipamentos Apoiados	
Apoio logístico e de Formação a Catadores de Resíduos Sólidos (37 Municípios Contemplados)	Território 1: Região do Sertão Aparecida, Bernardino Batista, Cajazeiras, Joca Claudino, Lastro, Marizópolis, Nazarezinho, Patos, Poço Dantas, Poço De José De Moura, Pombal, São Francisco, São João Do Rio Do Peixe, São José Da Lagoa Tapada, Sousa, Uiraúna, Vieirópolis
	Território 2: Região da Borborema Juazeirinho, Sumé, Taperoá
	Território 3: Região do Agreste Araruna, Areia, Areial, Solânea, Soledade
	Território 4: Região Mata Paraibana Baía Da Traição, Cabedelo, Capim, Cuité De Mamanguape, Conde, Itapororoca, Mamanguape, Marcação, Pedras De Fogo, Rio Tinto, Sapé, Sobrado.
Apoio logístico e de formação a Empreendimentos Econômicos Solidários	Aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios, além de formação e capacitação aos Empreendimentos Econômicos Solidários.
Apoio logístico e de formação a Bancos Comunitários de Desenvolvimento Territorial	Banco Comunitário Jardim Botânico – Rua Arquivista Jonathas Caréas, 54 - Castelo Branco, João Pessoa - PB, 58013-021. Banco Comunitário Muçubanck – Rua Cupiúbas, 63 - Muçumagro, João Pessoa - PB, 58066-144. Banco 5 Lagoas – Remígio - PB. Banco Lagoa – Rua Do Comércio, 644 - Centro, Lagoa de Dentro - PB, 58250-000. Banco Comunitário Maringá – Pombal - PB.

Fonte: SESAES/SEDH

1.3.9 - Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SEIRHMA

O acesso à água é uma das principais dimensões de SAN. Na Paraíba, além das ações próprias da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, a SEIRHMA além de ser responsável pelo Canal Acauã-Araçagi, mantém o Programa Água Doce e a construção de barragens e adutoras.

Quadro 19 - Equipamentos de SAN da SEIRHMA.

Equipamentos de SAN
Municípios Atendidos com Sistemas de Dessalinização: Alcantil; Algodão De Jandaíra; Amparo; Aroeiras; Assunção; Barra De Santana; Barra De Santa Rosa; Boa Vista; Cabaceiras; Camalaú; Caraúbas; Casserengue; Caturité; Congo; Cubati; Cuité; Damião; Gado Bravo; Gurjão; Ingá; Itatuba; Juazeirinho; Junco Do Seridó; Mogeiro; Nova Palmeira; Olivedos; Parari; Pedra Lavrada; Picuí; Pocinhos; Prata; São João Do Cariri; São João Do Tigre; São José Dos Cordeiros; São Sebastião Do Umbuzeiro; São Vicente Do Seridó; Serra Branca; Soledade; Sossego; Sumé; Taperoá; e Tenório.
Municípios Atendidos com Sistemas Verticais de Dessalinização: Curimataú: Algodão de Jandaíra; Arara; Baraúna; Barra de Santa Rosa; Cuité; Damião; Frei Martinho; Nova Floresta; Nova Palmeira; Picuí; Remígio e Sossego. Cariri Ocidental: Amparo; Assunção; Camalaú; Congo; Coxixola; Ouro Velho; Parari; Livramento; Monteiro; Prata; São João do Tigre; São José dos Cordeiros; São Sebastião do Umbuzeiro; Serra Branca; Sumé; Taperoá e Zabelê. Médio Sertão: Junco do Seridó; Salgadinho; Santa Luzia; São José do Sabugi; São Mamede e Várzea. Cariri Oriental: Alcantil; Barra de Santana; Barra de São Miguel; Boqueirão; Boa Vista; Cabaceiras; Caraúbas; Caturité; Gurjão; Riacho de Santo Antônio; São Domingos do Cariri; Santo André; São João do Cariri e Soledade. Seridó: Cubati; Juazeirinho; Olivedos; Pedra Lavrada; Pocinhos; São Vicente do Seridó e Tenório.
Barragens Concluídas: Cacimbinha em São Vicente do Seridó; Riacho Fundo em Tenório; e Coronel Jueca em Desterro. Equipamentos em Execução: Barragens: Porcos em Pedra Lavrada; Pedra Lisa em Imaculada e Retiro em Cuité. Adutoras: Riacho dos Cavalos, Congo III, Boqueirão, Camalaú e Retiro.
Canal Acauã-Araçagi

Fonte: SEIRHMA

1.4 - Adesão ao SISAN

A apresentação dos dados do processo de adesão ao SISAN na Paraíba, neste plano, está dividido em duas partes, a consolidação da situação geral da adesão no Estado, e a apresentação dos municípios que já possuem a legislação completa de SAN. O detalhamento, com relação nominal dos municípios, de cada uma dessas partes, encontra-se no Apêndice 4.

1.4.1 – Dados Gerais da Adesão ao SISAN na Paraíba

Os municípios paraibanos com referendos nacionais de adesão ao SISAN ou em processo já somam 61% dos 223 existentes no Estado. Desses, 27 são os municípios com no mínimo a etapa de adesão estadual concluída e, do restante, 109 encontram-se em processo de adesão, representando 48,9% dos municípios, e apenas 87 ainda não conseguiram dar os primeiros passos na adesão.

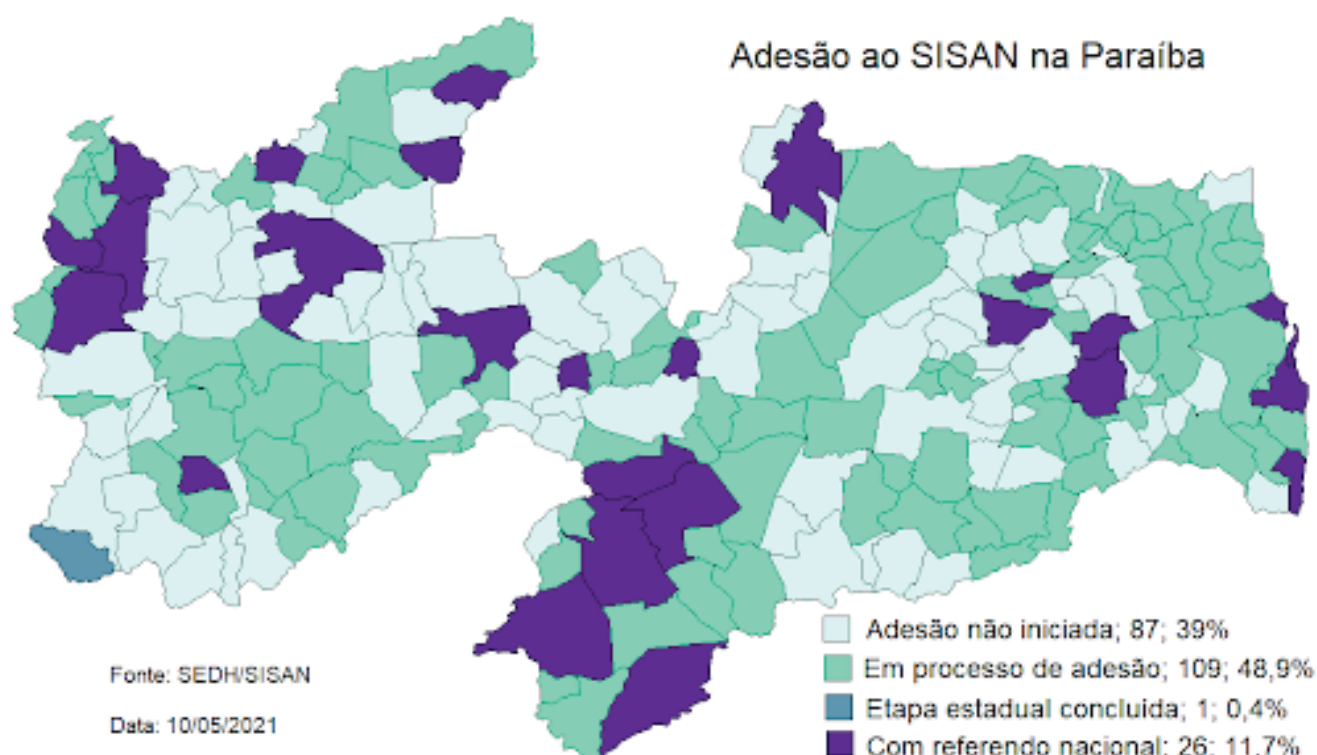


Figura 08 – Adesão ao SISAN na Paraíba.



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

1.4.2 – Municípios Paraibanos com Legislação de SAN

A legislação municipal padronizada de Segurança Alimentar e Nutricional é composta pela Lei de SAN e seus dois decretos regulamentadores, um para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, e outro para a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Atualmente na Paraíba atingimos 40 municípios com essas legislações publicadas, como mostra o mapa abaixo.

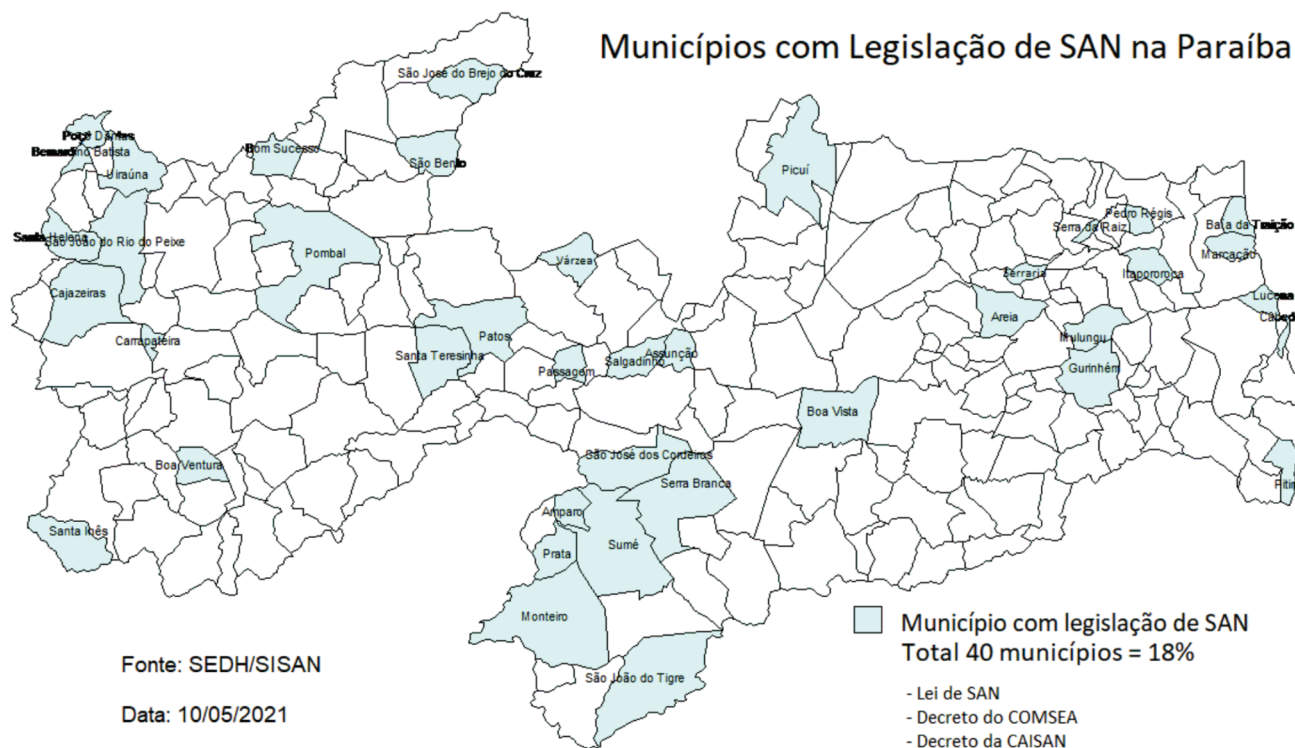


Figura 09 – Municípios com Legislação de SAN na Paraíba.



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

CAPÍTULO 2 - A 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª CESAN-PB) com suas conferências regionais preparatórias representam um grande avanço para a articulação da sociedade civil e das equipes governamentais, e para a ampliação e o fortalecimento do SISAN no Estado da Paraíba.



Figura 10 - 5ª CESAN - Etapa Regional em João Pessoa - PB.

Os processos e eventos preparatórios da 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba, com o tema: "Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Direito de Todos e Todas", ocorreram em outubro e novembro de 2019, envolvendo representantes de Conselhos Municipais e Estadual de SAN, Câmaras Intersectoriais Municipais e Estadual de SAN, além de representantes da sociedade civil e de governos municipais, a fim de garantir a maior representatividade das realidades vivenciadas nos 223 municípios paraibanos.

O Conselho Estadual de SAN da Paraíba (CONSEA-PB) demandou a convocação da 5ª CESAN-PB. E a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH), que preside a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (CAISAN-PB), por sua vez destinou recursos financeiros, humanos e de outras naturezas para que a Conferência Estadual e seus encontros preparatórios pudessem acontecer. É importante destacar que parcerias com prefeituras e com entidades

e movimentos da sociedade civil foram fundamentais para que os objetivos das conferências fossem alcançados.

Para realização das Conferências Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN's) na Paraíba, a Comissão Organizadora Estadual, composta pelos representantes do CONSEA-PB e CAISAN-PB, dividiram os municípios paraibanos por macro e microrregiões a saber: Sertão e Alto Sertão, Agreste e Curimataú, Cariri Oriental e Ocidental, Mata Norte e Sul. Em cada região foi escolhido um município sede, a saber: Patos; Campina Grande; Sumé e João Pessoa.

A seguir apresentamos dois mapas. O Primeiro (Figura 11) mostra a distribuição dos 223 municípios entre as quatro macrorregiões consideradas. Já no segundo mapa (Figura 12) podemos ver os municípios que participaram de cada uma das quatro CRSAN's.

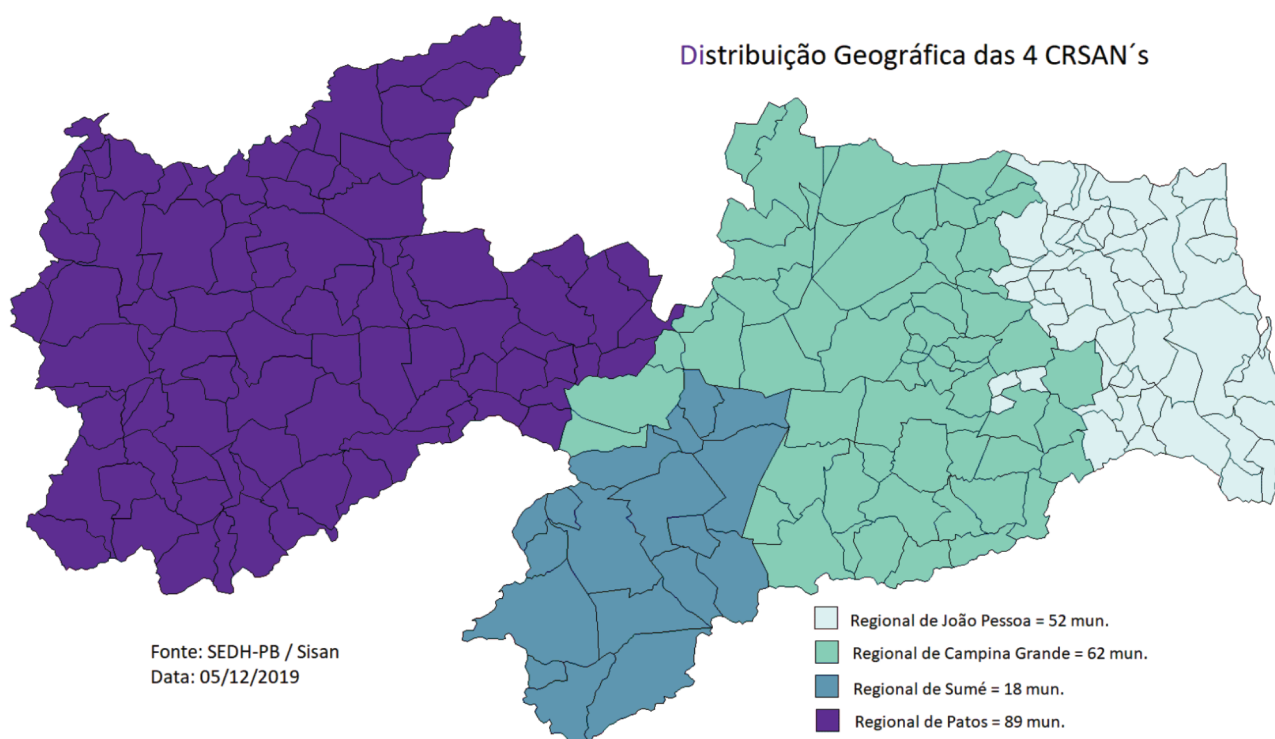


Figura 11 – Municípios integrantes das 4 CRSAN's-PB.



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

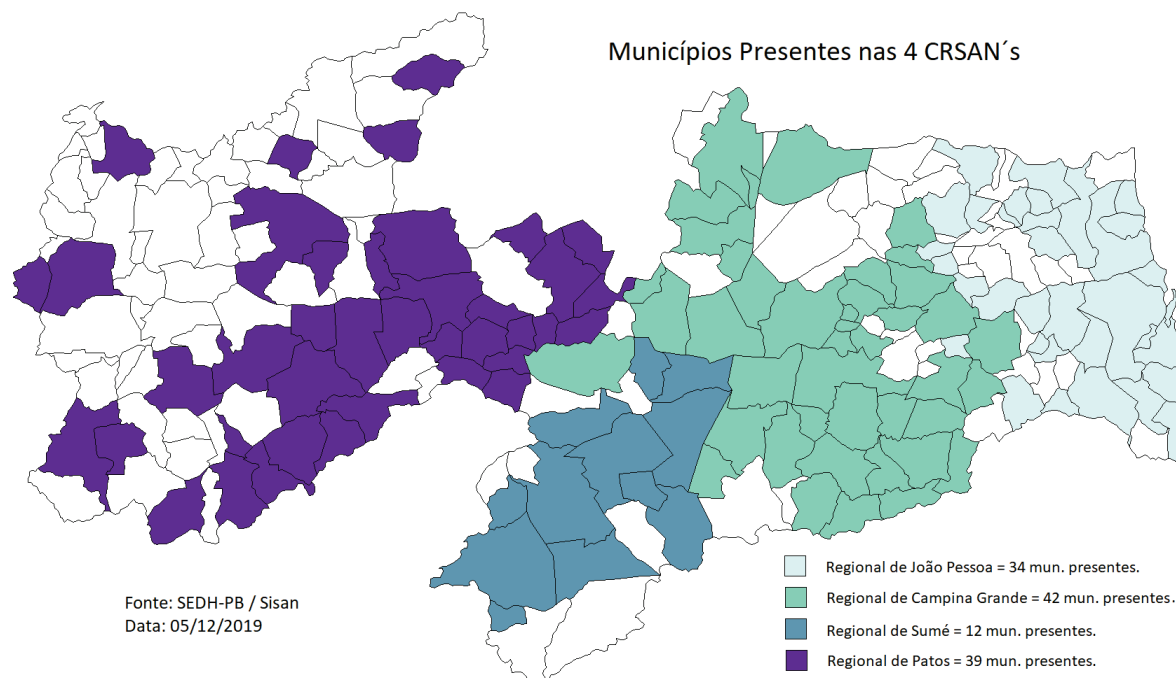


Figura 12 – Municípios presentes nas 4 CRSAN's-PB.

Considerando a disposição apresentada nos dois mapas anteriores, podemos visualizar na tabela abaixo os quantitativos de municípios integrantes e de pessoas participantes (Tabela 01) de cada uma das Conferências Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e da 5ª CESAN-PB.

Tabela 01 - Quantitativo de Municípios por CRSAN na Paraíba.

CRSAN	Total de Municípios	Municípios Presentes	Total de Participantes	% de Participação
1. Regional de João Pessoa	54	34	155	63,00%
2. Regional de Campina Grande	62	44	131	71,00%
3. Regional de Sumé	18	17	163	94,40%
4. Regional de Patos	89	58	88	65,20%
Total	223	153	537	68,60%

Fonte: Comissão Organizadora da 5ª CESAN-PB.

Os critérios para tornarem-se delegados(as) na Conferência Estadual foram definidos pela Comissão Organizadora. O debate sobre as normas de candidatura e a eleição dos(as) delegados(as) foram realizados em cada Conferência Regional, definindo, portanto, ao final de cada etapa preparatória, as pessoas eleitas para representarem as regionais como delegados(as) na 5ª CESAN-PB. Se fizeram presentes na etapa estadual 127 delegados(as) representando 41 municípios.

As propostas prioritárias aprovadas pela plenária final da 5ª CESAN-PB foram distribuídas de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e as estratégias de fortalecimento e efetivação do SISAN que fizeram parte do Eixo 3 nas discussões da 5ª CESAN-PB.

As propostas aprovadas na 5ª CESAN-PB encontram-se vinculadas às diretrizes da PNSAN no próximo capítulo, quando serão apresentadas na íntegra.

CAPÍTULO 3 - DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INICIATIVAS DE SAN

Este capítulo contém os Objetivos, Metas e Iniciativas deste Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN-PB), todos vinculados às Diretrizes Nacionais de SAN, e precedidos pelas propostas advindas da 5ª Conferência Estadual de SAN ocorrida ao final de 2019. Nas considerações finais encontram-se anotações sobre os pontos que carecem de maior atenção para possíveis ajustes a serem implementados neste PLANSAN e, conseqüentemente, no PPA 2020-2023 e respectivas LOA's.

3.1 - Diretriz 1 - Acesso à alimentação

Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.



Figura 13 - Agricultura Orgânica no Conde -PB.

3.1.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Fortalecimento e ampliação das políticas públicas e programas de garantia de acesso à alimentação saudável: PAA, PNAE, PAA Leite, bem como, garantia da extinção de produtos ultraprocessados nas escolas;
- B. Garantir a ampliação dos equipamentos de SAN: Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e outros;

- C. Respeitar e fiscalizar a execução das diretrizes do PNAE e desburocratizar o acesso para os agricultores familiares, adequando os cardápios ao calendário agrícola e sazonal;
- D. Fortalecimento do PNAE, aumentando o recurso per capita do Governo Federal para creches e escolas, e fazer o reajuste anualmente. Assim como estimular os municípios e estados a complementarem com recurso maior;
- E. Mapear e realizar diagnóstico de SAN dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro para subsidiar o Planejamento de ações na perspectiva de assegurar o DHAA desse segmento e preservação de sua cultura;
- F. Reestruturar a política de ATER na Paraíba respeitando as regionalidades com atenção especial às comunidades camponesas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, garantindo uma Ater de base agroecológica.

3.1.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS.

- A. Acompanhar 10 Empreendimentos Agroindustriais de Agricultura Familiar no campo da gestão do negócio, em processo de obtenção do Selo de Inspeção Agropecuária e Selo de Origem;
- B. Ampliar o acesso e uso da Energia solar pela Agricultura Familiar;
- C. Apoiar a criação de Feiras de Agricultura Familiar e das Centrais de Comercialização;
- D. Articular a ampliação da aquisição de alimentos pelas compras institucionais da Agricultura Familiar;
- E. Articular a ampliação do número de famílias que acessam o Crédito Rural do Pronaf, bem como, o montante financeiro nas operações de crédito;
- F. Articular a realização de Cadastro Ambiental Rural – CAR dos imóveis relacionados a Agricultura Familiar Paraibana;
- G. Atender 18.500 pequenos agricultores por meio do acesso a Projetos Produtivos executados pelo PROCASE até 2023;
- H. Criar Rede de Viveiros de Mudas Comunitários da Agricultura Familiar e Instituições Parceiras por todo Estado;
- I. Estabelecer articulação alcance da meta de Regulamentação fundiária de 40% dos Municípios Paraibanos até 2022;
- J. Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais - APLs da Agricultura Familiar;
- K. Implantar o Programa de Agroindustrialização de Empreendimentos da Agricultura Familiar Paraibana.

Responsável: Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia – SEECT

- A. Fornecimento de alimentação Escolar de ação continuada para os estudantes da Rede Estadual de Ensino.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP

- A. Modernizar e adequar a infraestrutura da estação experimental da EMPAER, como forma de promover melhorias nas suas instalações face às novas exigências da pesquisa agropecuária e na validação de novas

- tecnologias agropecuárias;
- B. Viabilizar conhecimentos e tecnologias que fortaleçam o avanço tecnológico da agropecuária na superação das restrições biológicas, ambientais e geográficas, utilizando processos e biotécnicas que promovam a exploração agrícola de base ecológica e a eficiência dos sistemas produtivos, orientados para melhorar a qualidade dos produtos e das matérias-primas de interesse econômico e social;
 - C. Adquirir e distribuir 16.900 toneladas de sementes para agricultores familiares em todo o Estado da Paraíba;
 - D. Adquirir e distribuir 75.000 toneladas de forragens para agricultores familiares em todo o Estado da Paraíba;
 - E. Apoiar a organização de cadeias produtivas com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas;
 - F. Apoiar a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e logística da produção agrícola;
 - G. Adquirir máquinas e equipamentos para fomentar os trabalhos de campo da pesquisa e desenvolvimento da agropecuária do Estado da Paraíba;
 - H. Atender 2.400 produtores e comerciantes nas Centrais de Abastecimento e Comercialização, contribuindo para o crescimento da produção de hortigranjeiros no Estado;
 - I. Atender anualmente 100 unidades beneficiárias nas ações de motomecanização agrícola, proporcionando maior qualidade e melhoria da propriedade rural, atuando em sintonia com o meio ambiente;
 - J. Construir 8 câmaras frigoríficas, com o objetivo de armazenar batata semente;
 - K. Construir e Ampliar a Infraestrutura da Rede de Abastecimento e Comercialização - Construir, instalar, ampliar e recuperar Centrais de Abastecimento e Comercialização, com vistas a oferecer a melhoria e ampliação substancial das instalações de apoio de alimentos a serem comercializados junto ao consumidor;
 - L. Contribuir para garantia da qualidade de competitividade dos negócios agropecuários;
 - M. Contribuir para o fortalecimento dos arranjos produtivos da agricultura de base familiar;
 - N. Dar cobertura vacinal do rebanho de bovídeos contra febre aftosa, com intuito de manutenção de área livre, baseado no rebanho cadastrado no SIAPEC - SEDAP;
 - O. Fortalecer arranjos produtivos da caprinovinocultura, visando a geração de emprego e renda dos produtores rurais;
 - P. Operacionalizar as Centrais de Abastecimento e Comercialização - Contribuir para o crescimento da produção de hortigranjeiros no Estado;
 - Q. Proceder a certificação de imóveis rurais sem títulos de propriedade e participar do Cadastro Ambiental Rural, cujas operações de discriminação, cadastramento e georeferenciamento, possibilitem beneficiar 65.000 famílias no horizonte de 4 anos;
 - R. Produzir e distribuir 10.000 mudas/ano, com o objetivo de atender a produtores, prefeituras e instituições paraibanas;
 - S. Produzir e distribuir 20.000.000 de alevinos em todo o Estado da Paraíba nas ações de desenvolvimento da aquicultura e pesca em águas interiores.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH.

- A. Ampliar e qualificar o atendimento no âmbito da Política Assistência Social às famílias e/ou indivíduos em

- situação de vulnerabilidade e risco através dos serviços, programas, projetos e benefícios;
- B. Promover ações ligadas à produção, à distribuição, ao acesso e ao consumo de alimentos;
 - C. Fomentar a Economia Solidária a partir da realização de investimentos em ações para implementar e fortalecer as redes de empreendimentos econômicos solidários de catadores, artesãos e agricultores familiares na Paraíba.

Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico - SETDE.

- A. Ampliar a inovatividade dos arranjos e sistemas produtivos locais da Paraíba, através do apoio e fomento das atividades dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Observatório Paraibano de APLs, dedicadas e direcionadas ao desenvolvimento produtivo e inovativos dos APLs paraibanos;
- B. Apoiar arranjos e sistemas produtivos locais com principal atividade econômica na agropecuária e na agroindústria, com foco no desenvolvimento de suas capacidades produtivas e inovativas, fomentando a geração de emprego, o aumento da produção sob con

Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico - SETDE. dições de sustentabilidade ambiental a comercialização da produção dos APLs paraibanos e melhoria no saldo da Balança comercial da Paraíba com os demais estados do país;

- C. Apoiar arranjos e sistemas produtivos locais com principal atividade econômica na indústria e serviços básicos de utilidade pública, com foco no desenvolvimento de suas capacidades produtivas e inovativas, fomentando a geração de emprego, o aumento da produção sob condições de sustentabilidade ambiental, a comercialização da produção dos APLs paraibanos e melhoria no saldo da Balança comercial da Paraíba com os demais estados do país;
- D. Identificar, Georreferenciar e certificar Arranjos Produtivos e Inovativos Locais em todo o Estado, a partir de ações do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL);
- E. Implantar apoio e fomento, nas Instituições Públicas de Ensino Superior, de Unidades de Inteligência Territorial (laboratórios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, grupos de pesquisa, grupos de extensão) do Observatório Paraibano de APLs que integrem o NEAPL para realização de atividades dedicadas ao desenvolvimento produtivo e inovativo dos arranjos e sistemas produtivos locais certificados, para reunir pesquisadores, técnicos e estudantes das Instituições de Ciência e Tecnologia do estado e produzir, regularmente, estudos, pesquisas, projetos sobre a estrutura e a dinâmica produtiva e inovativa dos APLs paraibanos;
- F. Conceder financiamentos de crédito produtivo orientado por meio da democratização e ampliação do acesso ao crédito por empreendedores formais e informais de forma a gerar ocupação e renda para todas as regiões do Estado, principalmente para aquelas com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH);
- G. Conceder financiamentos de crédito produtivo orientado por meio de arranjos produtivos locais para empreendedores formalizados, objetivando incentivar o desenvolvimento econômico de segmentos produtivos regionais, visando a geração e manutenção de empregos, alavancagem da geração de renda, bem como promover o estímulo a entidades instrumentalizadas para fins de economia solidária;

- H. Realizar feiras, eventos e congêneres que proporcionem visibilidade às atividades empreendedoras, o acesso a sistemas e meios diferenciados de comercialização e escoamento de produção, promover a divulgação e vendas de produtos e prestação de serviços, estimular o networking e disseminar a cultura do empreendedorismo.

3.1.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 20 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 1.

Objetivos	Iniciativas
Consolidar a Proteção Social e a Política de Assistência Social no Estado da Paraíba	Promoção da Política de Assistência Social
Erradicar a Miséria na Paraíba	Segurança Alimentar e Nutricional da EMPASA-SANE Estruturação e Organização dos Arranjos Produtivos Locais
Fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável	Comercialização de Insumos Básicos Construção e Ampliação da Infraestrutura da Rede de Abastecimento e Comercialização Desenvolvimento do Programa – Paraíba Produtiva Desenvolvimento do Programa de Governança e Parcerias pela Agricultura Familiar e o Semiárido Paraibano Gerenciamento das Ações de Crédito Fundiário Manutenção das Centrais de Abastecimento e Comercialização Produção e Distribuição de Mudas Produção e Distribuição de Sementes Qualificação do Acesso de Programas e Políticas Voltadas a Agricultura Familiar Redistribuição e Regularização Fundiária Construção, Reforma, Conservação da Infraestrutura de uso do Setor Agropecuário Exposições, Feiras e Outros Eventos Agropecuários Motomecanização Agrícola
Fomentar, qualificar e apoiar o empreendedorismo	Crédito Produtivo Orientado
Incrementar a promoção, a atração e a retenção de investimentos	Equipamentos Públicos de Economia Solidária Fomento a Economia Solidária
Promover a segurança alimentar e nutricional no estado da Paraíba, priorizando povos e comunidades tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional	Cartão Alimentação Programa de Aquisição de Alimentos Disponibilização de Alimentos para Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – Restaurantes Populares Pró-produtor
Prover educação básica de qualidade ampliando o acesso à Rede Pública	Fornecimento de Alimentação Escolar

Fonte: PPA 2020-2023

3.2 - Diretriz 2 - Sistemas agroecológicos

Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.



Figura 14 - Agricultura Orgânica no Conde - PB.

3.2.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Criar um Programa Estadual de estímulo à produção, ao armazenamento, à compra institucional governamental, a outros tipos de comercialização, à distribuição e ao uso de Sementes da Paixão, ampliando e fortalecendo os Bancos de Sementes Crioulas no Estado, assegurados por legislação específica e amparados em Lei Nacional e Estadual, promovendo ainda a erradicação do cultivo de sementes transgênicas e do uso de agrotóxicos;

- B. Implementar, promover e garantir políticas públicas para agricultura familiar de base agroecológica, ampliando a assistência técnica rural para os agricultores familiares e pequenos produtores rurais, respeitando as dimensões da segurança alimentar e nutricional, de forma a garantir e estimular as famílias agricultoras a adequar-se aos critérios dos programas, como por exemplo PNAE e PAA;
- C. Realizar assistência técnica e extensão rural continuada para produção de base agroecológica, formação de cooperativas, grupos produtivos formais e informais para acesso à certificação participativa dos produtos agroecológicos;
- D. Realizar maior controle e fiscalização da qualidade dos alimentos comprados pelo Estado, especialmente advindos da indústria, com vistas à garantia da segurança alimentar e nutricional.
- E. Reavaliar os bloqueios das DAPs, considerando o período e os critérios previstos na legislação e dando visibilidade a esses critérios com transparência;
- F. Fomentar a produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar de base agroecológica dos PCT's, com geração de renda, também por meio do artesanato, com apoio e assessoramento técnico e administrativo;
- G. Garantir, ampliar e simplificar o acesso a linhas de crédito (PRONAF entre outros), apoio técnico, formação para estruturar sistemas produtivos de Agricultura Familiar de base agroecológica e economia solidária, com prioridade para mulheres e jovens;
- H. Ampliar o programa Empreender PB para agricultores familiares de base agroecológica bem como segmentos de economia solidária, facilitando o acesso a microcrédito, ao financiamento de tecnologias sociais de baixo custo, fomentando as finanças solidárias, a exemplo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e os Fundos Rotativos Solidários;
- I. Criar instrumentos e/ou lei que proíba a compra de alimentos transgênicos e agrotóxicos por parte do Estado e, também, promover incentivos para a constituição de espaços de comercialização de produtos livres de transgênicos e agrotóxicos;
- J. Garantir, ampliar e fortalecer as ações de assistência técnica e extensão rural (ATER) de base agroecológica, via estado e parcerias com a sociedade civil para promoção e inclusão produtiva das famílias agricultoras, povos originários e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social;
- K. Fortalecer e garantir apoio financeiro para estruturação dos espaços de comercialização de base agroecológica, a exemplo das feiras agroecológicas e de centros públicos de economia solidária, garantindo o acesso das famílias agricultoras e outros grupos produtivos da economia solidária e agroecologia;
- L. Garantir o acesso das famílias agricultoras e outros grupos produtivos da economia solidária a capacitação sobre normativas legais referentes ao processo inerente a toda cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização;

- M. Promover a transição agroecológica dos sistemas alimentares com sementes animais e vegetais nativas e/ou adaptadas à realidade local por meio de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, sociedade civil organizada;
- N. Garantir as condições financeiras, recursos humanos e materiais necessários para que as instituições públicas prestem assistência técnica contínua de base agroecológica;
- O. Implementar programas intermunicipais de assistência técnica e criação de consórcios regionais e municipais de troca e comercialização de alimentos;
- P. Garantir nas leis orçamentárias estaduais, recursos para secretaria da agricultura familiar, a secretaria de desenvolvimento humano e para as ações estaduais de acesso à água;
- Q. Garantir a reforma agrária, o direito à terra e ao território, a regularização fundiária e o acesso das famílias agricultoras aos recursos naturais (água e sementes crioulas animal e vegetal).
- R. Promover a articulação intersetorial entre as ações e políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e economia solidária;
- S. Garantir a acessibilidade, a transparência dos recursos, a publicização dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado, a exemplo das diversas modalidades do PAA, do PNAE e outros;
- T. Inserir frutas nativas (como o umbu) da região no cardápio da merenda escolar como forma de inclusão produtiva das famílias agricultoras e melhoria nutricional da alimentação escolar;
- U. Fortalecer a agricultura familiar de povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária e atingidos por barragens;
- V. Sensibilizar os gestores municipais para assegurar e fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica nas políticas públicas;
- W. Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica através de maior investimento, possibilitando e estimulando o crescimento de programas como Salta-Z, Água Doce, PAA, PNAE, Garantia Safra, etc (maior investimento político e financeiro na agricultura familiar implica em ampliar locais de vendas dos produtos agroecológicos, em garantir assessoria técnica aos produtores, intercâmbio para troca de saberes e práticas, desburocratização dos requisitos para compra direta de produtos agroecológicos, etc);
- X. Resgatar uma cultura alimentar pautada no que é produzido no território, no saber e nas práticas populares e no conceito de comida de verdade;
- Y. Aproximar a escola e demais instituições públicas da esfera da produção, da comercialização e da distribuição, estreitando os laços entre produtores e consumidores em espaços de comensalidade, para além das feiras;
- Z. Fomentar e/ou financiar a instalação de abatedouros, de médio porte, de pequenos animais (frangos, ovinos e suínos) nos municípios com autorização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e do Serviço de Inspeção Estadual (SIE), como forma de inclusão produtiva de agricultores de base agroecológica.

3.2.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS

- A. Assessorar as Secretarias de Agricultura dos Municípios em perspectiva de promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;

- B. Capacitar anualmente 20.000 famílias optando pela utilização de práticas agroecológicas durante toda a condução da criação animal, em esforço a obtenção de produção de origem animal, visando a produção de alimentos saudáveis na agricultura familiar;
- C. Estimular o manejo sustentável dos agroecossistemas familiares através do programa Paraíba verde;
- D. Instituir o Programa de Promoção do Desenvolvimento de Comunidades Rurais Sustentáveis
- E. Promover experiência de coleta seletiva, com tratamento de resíduos sólidos e formação de composto orgânico para agricultura família;
- F. Implantar 500 ha de Sistemas Agroflorestais, poços e sistema fotovoltaico até 2023.

Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SEIRHMA

- A. Estabelecer ações com vistas à manutenção, ampliação e implantação da infraestrutura de dessalinização de água, fomentando políticas e programas de reuso de água;
- B. Estabelecer ações com vistas ao aproveitamento dos efluentes das estações de tratamento de esgotos para usos múltiplos;
- C. Revitalizar e manter as principais bacias e equipamentos hidrográficos da Paraíba visando a recuperação e conservação dos mesmos.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP

- A. Promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias e florestais sustentáveis e de baixa emissão de Gases do Efeito Estufa (GEEs), contribuindo para o alcance do objetivo do plano ABC Nacional.

Responsável: Projeto Cooperar

- A. Promover acesso aos mercados para aproximadamente 8.500 famílias de pequenos produtores, através do estabelecimento de 170 planos de negócios dentro das cadeias das Alianças Produtivas.

3.2.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 21 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 2.

Objetivos	Iniciativas
Fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
Implementar ações do PROCASE	Desenvolvimento Produtivo e Inserção no Mercado Competitivo - PROCASE
Incrementar a promoção, a atração e a retenção de investimentos	Estruturação e Organização dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais - ASPL's
Melhorar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba	Alianças Produtivas
Promover a segurança alimentar e nutricional no estado da Paraíba, priorizando povos e comunidades tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional	Modernização das Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar

Fonte: PPA 2020-2023

3.3 - Diretriz 3 - Formação em SAN

Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.



Figura 15 - Formação em SAN em São Bento - PB

3.3.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Que o estado amplie a capacitação para gestores e trabalhadores/agricultores sobre SAN e também os serviços de assistência técnica às unidades produtivas de agricultura familiar;
- B. Incentivar o ambiente escolar, através do fortalecimento do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar, através do aumento dos recursos para a merenda escolar, possibilitando a aquisição de alimentos adequados e saudáveis, livres de veneno;
- C. Restringir propagandas que incentivem o consumo de açúcares e sódio em grande quantidade para poder aumentar o consumo de produtos da agricultura familiar. Em contrapartida, divulgar as ações de SAN para que a população tome conhecimento, melhorar a divulgação da forma como os programas funcionam para melhor interesse, cuidado e prevenção da população, para que isso seja referência à mudança dos hábitos alimentares e, consequentemente, qualidade de vida da população;
- D. Fortalecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional: com EAN nas escolas; EAN nas feiras agroecológicas, capacitação de gestores, professores, merendeiras, etc. com relação aos produtos

regionais existentes; uma educação alimentar voltada a prevenção de doenças crônicas e obesidade; valorizar a produção de alimentos local no cardápio família/escola, preservando a cultura alimentar da região;

- E. Instituir uma Política Estadual de Educação Permanente em SAN, garantindo espaços de formação em EAN no Estado (espaços participativos); Além de formação em alimentação saudável e promoção de ações sociais com grupos: CRAS, SCFU, PSF's, NASF's;
- F. Fortalecer a difusão e utilização do “Guia Alimentar” nas ações e programas voltados a SAN e DHAA;
- G. Fomentar e ampliar os equipamentos públicos de SAN, como cenário de práticas de agentes da academia em geral, em suas diversas áreas;
- H. Instituir uma política que abrange a manutenção dos programas do PAA, PNAE, entre outros, que seja vinculada a uma co-responsabilidade dos entes estaduais e municipais;
- I. Fomentar as pesquisas de SAN via Estado, Secretarias e FAPESQ;
- J. Implementar a Educação Alimentar e Nutricional entre os temas transversais na base curricular escolar, conforme previsto na Lei 13.666/2018, e incluir o uso e a gestão dos bens comuns (água, sementes, etc) de forma consciente e sustentável. Promover capacitações com merendeiras do campo e da cidade sobre comida de verdade;
- K. Garantir a manutenção das escolas no campo e para o campo;
- L. Promoção da Educação Alimentar e Nutricional com implementação de hortas escolares, familiares e comunitárias, bem como em serviços de saúde e outros equipamentos, farmácias vivas, capacitação para merendeiras;
- M. Incentivo ao aleitamento materno, bem como, à instituição do combate ao sobrepeso e à obesidade.

3.3.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS.

- A. Capacitar e Formar Agentes da Agricultura Familiar Paraibana;
- B. Fortalecer Programa de ATER Estadual de modo a realizar ATER a Públicos Especiais;
- C. Capacitar 200 agricultores em gestão de empreendimentos até 2023;
- D. Qualificar 18.500 jovens, mulheres, quilombolas e agricultor familiar com formação técnico vocacional de convivência com o semiárido para atuação junto às famílias atendidas pelo PROCASE até 2023.

Responsável: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia - SEECT

- A. Desenvolver e manter ações didáticas pedagógicas para a cultura da Educação em Direitos Humanos, Educação Étnico-Racial, Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Cigana e Educação Ambiental em todas as etapas e modalidades de ensino voltadas a crianças, adolescentes, jovens e adultos garantindo o acesso, a permanência e a educação de qualidade, a boa convivência em sociedade e à cidadania.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP.

- A. Expandir os serviços de Assistência Técnica aos Agricultores Familiares, promovendo o crescimento e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, nos 223 municípios;

- B. Promover o conhecimento de novas tecnologias aos produtores rurais e demais atores do processo produtivo estadual, interagindo informações que acompanhem as transformações na produção agropecuária orientando 5.690 pessoas, no período de 4 anos;
- C. Promover palestras, treinamento e capacitação para produtores e técnicos, sobre as atividades da defesa agropecuária em Educação Sanitária;
- D. Realizar anualmente 3 exposições agropecuárias e 10 feiras agropecuárias, com o objetivo de difusão tecnológica;
- E. Realizar atendimento e ações educativas, sobre defesa agropecuária, para 82.000 produtores e técnicos.

Responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico - SETDE.

- A. Realizar treinamentos e palestras para empreendedores em todo o Estado da Paraíba, oferecendo capacitação para concessão de crédito orientado, disseminando conhecimento e melhorando a qualificação dos microempreendedores paraibanos.

Responsável: Projeto Cooperar

- A. Fortalecer as entidades Associativas, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Organizações de Produtores, através de capacitação para melhoria da gestão. atingindo aproximadamente 165.000 pessoas, correspondendo a cerca de 44.600 famílias.

3.3.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 22 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 3.

Objetivos	Iniciativas
Articular, no âmbito do Poder Público Estadual, os programas governamentais de apoio e fomento ao desenvolvimento municipal, por intermédio do Programa Pacto pelo Desenvolvimento Social ou através de outros programas	Promoção de Eventos Sócio-Participativos de Articulação
Fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável	Capacitação, Fortalecimento Organizacional e Produtivo da Agropecuária. Difusão e Transferência de Tecnologia Agropecuária. Fortalecimento da Organização Social da Agricultura Familiar e seus Públicos Especiais. Arranjos Produtivos e Alternativas para a Sustentabilidade. Assistência Técnica aos Agricultores Familiares.
Fomentar, qualificar e apoiar o empreendedorismo	Feiras e Eventos Treinamento e Palestras Gerenciais para os Empreendedores
Implementar ações do PROCASE	Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - PROCASE
Incrementar a promoção, a atração e a retenção de investimentos	Infraestrutura de Apoio à Pesquisa Pesquisa, Experimentação e Tecnologia Aplicada aos Recursos Genéticos e à Produção Sustentável da Agropecuária
Prover educação básica de qualidade ampliando o acesso à Rede Pública	Promoção da Educação em Direitos Humanos e Diversidade

Fonte: PPA 2020-2023

3.4 - Diretriz 4 - Povos tradicionais

Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais povos indígenas e assentados da reforma agrária.



Figura 16 - Feira da Agricultura Familiar.

3.4.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Assegurar políticas de combate à fome, garantindo renda mínima às famílias em situação de vulnerabilidade social no campo e na cidade, com prioridade para os povos e comunidades tradicionais (PCTs), por meio da ampliação dos programas de transferência de renda, com apoio emergencial e a oferta de insumos alimentares em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais;
- B. Seguridade Social, Educação e Saúde de qualidade para povos originários e comunidades tradicionais, de terreiro, catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua, bem como, promoção de ações de alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar;
- C. Instituir políticas com foco na cultura e arte como instrumentos de luta e resistência, fortalecendo os movimentos sociais e camponeses;
- D. Mapear e realizar diagnóstico de SAN dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro para subsidiar o planejamento de ações na perspectiva de assegurar o DHAA desse segmento e preservação de sua cultura;
- E. Estimular ações de fomento à produção, cooperativismo e geração de renda entre as mulheres de terreiro, dentro dos princípios da economia solidária incluindo o artesanato;
- F. Promover a Educação Alimentar e Nutricional com Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo que

- a juventude possa construir no campo sua autonomia;
- G. Apoiar por meios de ações de SAN específicas do governo estadual para os agricultores familiares assentados da Reforma Agrária;
- H. Criação de políticas públicas que garantam as necessidades dos pescadores.

3.4.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Cultura - SECULT.

- A. Valorizar as culturas das minorias negras, indígenas e ciganas, em forma de treinamento, oficinas, feiras e festivais.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP.

- A. Incentivar a inclusão sócio produtiva das famílias rurais e suas organizações associativas na superação dos fatores restritivos agroclimático e econômicos, contribuindo para a melhoria das oportunidades de emprego e renda e outras políticas públicas direcionadas aos jovens, mulheres, assentados e quilombolas.

Responsável: Projeto Cooperar

- A. Contemplar, de forma prioritária, Associações produtivas constituídas por 3.590 famílias indígenas, 1.970 famílias quilombolas e 981 famílias atingidas por barragens, totalizando 6.441 famílias.

3.4.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 23 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 4.

Objetivos	Iniciativas
Implementar políticas públicas dirigidas às mulheres, a LGBTQI+, população negra e comunidades tradicionais com vistas a garantir os direitos dessas populações e enfrentar preconceitos, discriminações e violências baseadas no gênero, na orientação sexual e identidade de gênero e na raça etnia, visando a mudança da cultura racista, sexista, heteronormativa e LGBTfóbica	Campanhas, Ações Educativas e Atividades Anuais LGBTQI+, Mulheres e População Negra, Quilombola, Cigana, Indígena e Comunidades de Religião de Matriz Africana Cursos de Capacitação e Qualificação Profissional e Fomento a Atividades Econômicas para Grupos Produtivos Realização de Eventos, Conferências Temáticas e Atividades Alusivas ao Calendário LGBTQI+, Mulheres, População Negra, Quilombola, Cigana, Indígena e Comunidades de Religião de Matriz Africana Atendimento, Apoio, Assessoramento e Orientação Técnica a População Negra, Quilombola, Indígena, Cigana, Ribeirinha e Comunidades de Religião de Matriz Africana 2021 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA JOÃO BALULA Fomento de Atividades Econômicas para Grupos Produtivos (Urbanos e Rurais) e Empreendedorismo Individual de Mulheres, LGBTQI+, População Negra, Quilombola, Indígena, Cigana, Ribeirinha e Comunidades de Religião de Matriz Africana Interiorização das Políticas Públicas para Mulheres, LGBTQI+ e Étnico Racial
Institucionalizar a Política de Juventude	Promoção de Atividades Dirigidas à Jovens Negras(os), LGBTQI+ e Mulheres Jovens
Reconhecer e valorizar as manifestações e expressões culturais tradicionais da Paraíba	Implementação de Ações de Valorização das Culturas Tradicionais

Fonte: PPA 2020-2023

3.5 - Diretriz 5 - SAN na Saúde

Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.



Figura 17 - Agricultura Orgânica no Conde - PB.

3.5.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Que o Estado regulamente a inserção do nutricionista na atenção básica, e assegure o cumprimento da lei no que se refere à quantidade de nutricionista no quadro técnico da alimentação escolar;
- B. Assegurar o papel da profissão da Nutrição nos diversos setores ligados às políticas de saúde;
- C. Fortalecer programas de educação e saúde voltados para a SAN já existentes e ampliar o número de nutricionistas para melhor acompanhamento de todas as atividades de SAN no município;
- D. Garantir a presença diária dos nutricionistas inseridos na equipe interdisciplinar que compõe os PSF's e assistência social nas comunidades, com intuito de promover tratamento educacional nutricional;
- E. Fortalecer e/ou criar política pública para os portadores de anemia ferropriva;
- F. Fortalecer os programas de SAN em comunidades tradicionais através da criação de ações de EAN e prevenção de doenças causadas pela insegurança alimentar.

3.5.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Saúde - SES e AGEVISA.

- A. Fortalecer a Rede de Bancos de Leite Humano com ampliação de 05 postos de coleta nas unidades hospitalares estaduais;
- B. Aumentar a eficiência das ações de vigilância sanitária através de monitoramento em todos municípios no Estado;
- C. Realizar inspeções sanitárias nos estabelecimentos e serviços públicos e privados sob a responsabilidade da AGEVISA.

3.5.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 24 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 5.

Objetivos	Iniciativas
Fortalecer o sistema de vigilância sanitária no Estado	Vigilância e Formação Sanitária de Produtos e Serviços
Implementar a assistência à saúde buscando a qualidade e resolutividade	Fortalecimento e Ampliação da Rede de Banco de Leite no Estado

Fonte: PPA 2020-2023

3.6 - Diretriz 6 - Acesso à água

Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.



Figura 18 : Barragem Subterrânea

3.6.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Ampliar a implementação de tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos vegetal e animal, tais como cisternas de placas tipo calçadão ou enxurrada, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras, barraginhas, tanques de pedra e outras até universalizar, tendo como prioridade a população de baixa renda, de forma a promover a segurança alimentar e nutricional;
- B. Ampliar a instalação e a manutenção de dessalinizadores nos poços artesianos como estratégia de garantir o acesso à água potável, desde que sejam assegurados os cuidados ambientais na destinação final dos resíduos salinos e o envolvimento da comunidade na gestão;
- C. Ampliar e garantir o saneamento básico público (água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza pública urbana e rural, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais) através de tecnologias sociais adaptadas à realidade local;
- D. Garantir que os projetos de construção civil governamental e privados, incluam tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, tendo em vista a captação e armazenamento da água da chuva é uma estratégia de convivência com o semi-árido comprovadamente viável;
- E. Fomentar a instalação nas cidades de sistemas de reuso de água (sejam residenciais ou industriais) para fins permitidos por lei de forma a garantir maior acesso à água e à conservação desse recurso natural indispensável à vida.

3.6.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS

- A. Implementar Tecnologias para captação e armazenamento de Água para produção agrícola da Agricultura Familiar.

Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SEIRHMA.

- A. Realizar a construção, implantação, ampliação e controle operacional de Sistemas de Abastecimento d'água para melhorar a qualidade e a oferta hídrica no Estado da Paraíba;
- B. Ampliar a capacidade de armazenamento hídrico do Estado da Paraíba;
- C. Aumentar a adução de água dos reservatórios para os municípios;
- D. Executar o plano de aplicação de recursos do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos – FERH;
- E. Formular, Atualizar e Aplicar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP.

- A. Construir e Ampliar a Infraestrutura Piscícola;
- B. Desenvolver a Aquicultura e Pesca em Águas Interiores, para produção e distribuição de alevinos;
- C. Incentivar o uso do medidor especial de irrigação com vistas a possibilitar anualmente a inclusão de

500 pequenos agricultores na lista de concessões da ENERGISA, para utilização do benefício da tarifa especial de Irrigação;

- D. Realizar o zoneamento do potencial pedoclimático para culturas agrícolas selecionadas na área de influência do canal Acauã-Araçagi.

Responsável: Projeto Cooperar

- A. Implantar sistemas de abastecimento de água visando o armazenamento para o consumo humano, através de 150 abastecimentos d' água completo, 280 abastecimento d' água simplificado, 210 cisternas e 100 sistemas de dessalinização;
- B. Reduzir vulnerabilidade agroclimática dos beneficiários aos efeitos sociais e econômicos causados pelas secas recorrentes, através de: (i) abastecimento e armazenamento de água para produção agrícola e pecuária; (ii) diversificação da produção agropecuária e gestão dos recursos naturais; (iii) melhoria nutricional e segurança alimentar.

3.6.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 25 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 6.

Objetivos	Iniciativas
Melhorar a qualidade e aumentar a oferta de água na Paraíba	Construção de Adutoras Construção de Barragens e Açudes Implantação do Canal Acauã/Araçagi Perfuração, Instalação e Recuperação de Poços Tubulares
Prover saneamento básico para a população	Abastecimento de Água Através de Carro-Pipa Construção e Recuperação de Cisternas Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Barreiros no âmbito do Programa Água Para Todos Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário Implantação, Recuperação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento D' água Implementação, Recuperação e Gestão de Sistemas de Dessalinização Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Abastecimento D' água Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Esgotamento Sanitário
Fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio às Atividades de Aquicultura e Pesca Construção e Ampliação da Infraestrutura Piscícola Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca em Águas Interiores Operacionalização, Gerenciamento e Monitoramento das Ações de Irrigação e Drenagem
Fortalecer a capacidade para a gestão integrada de recursos hídricos no estado	Operação e Monitoramento de Recursos Hídricos do Estado
Gerenciar o sistema integrado de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos do Estado	Recuperação, Despoluição e Preservação dos Recursos Hídricos

Melhorar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba	Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática
Promover a segurança alimentar e nutricional no estado da Paraíba, priorizando povos e comunidades tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional	Implementação de Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água das Chuvas para o Consumo Humano e a Produção de Alimentos

Fonte: PPA 2020-2023

3.7 - Diretriz 7 – Ações Internacionais

Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.

Nota: Não temos ações nessa diretriz.

3.8 - Diretriz 8 - Monitoramento

Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada.

O monitoramento da garantia do DHANA será realizado em três dimensões: Impacto, Resultado e Processo, com seus respectivos indicadores. O indicador de impacto será o número de municípios em situação de insegurança alimentar nos níveis alto e extremamente alto (Apêndice). Os indicadores de resultados serão os utilizados no PPA, apresentados abaixo (Item 3.8.4). E os de processo encontrar-se-ão nas programações anuais de SAN advindos das respectivas LOA's (Produtos, Quantidades e Valores) apresentadas nos apêndices 1 e 2.

Além do conteúdo acima a ser monitorado, temos ainda as propostas da 5ª CESAN-PB vinculadas ao monitoramento, e as metas, objetivos e iniciativas das Secretarias/Órgãos governamentais nessa área, conteúdo esse apresentado respectivamente nos itens abaixo 3.8.1, 3.8.2 e 3.8.3.



Figura 19 - Reunião da CAISAN - PB.

3.8.1 - Propostas da 5ª CESAN-PB

- A. Ampliação e fortalecimento das instâncias de participação e/ou controle social para que possam incidir politicamente nos espaços locais: Conselhos (com atenção para o Conselho de Alimentação Escolar), Associações, Grupos, coletivos, Igrejas, Redes, Fóruns, Movimentos Sociais, Sindicatos e Terreiros, conferências;
- B. Mapeamento e divulgação nos meios de comunicação institucionais das experiências exitosas de produção e comercialização de alimentos de base agroecológica, favorecendo assim o controle social;
- C. Formação para a população sobre seus direitos, estimulando o monitoramento de ações, programas e contas públicas ligados à SAN no âmbito estadual e municipal;
- D. Capacitação dos PCT's na perspectiva da participação e controle social com encontros, oficinas, rodas de conversas, através de projetos de fortalecimento do SISAN que envolvam a sociedade civil organizada respeitando a diversidade e pluralidade dos povos originários e demais povos e comunidades tradicionais, considerando também as mulheres, jovens, pessoas com deficiência, pessoa idosa, LGBTQI+, população carcerária e população em situação de rua;
- E. Mobilizar deputados federais e senadores para pressionar o governo federal para garantir o funcionamento do CONSEA Nacional e o fortalecimento das Conferências Estadual e Regionais de SAN e luta pela retomada da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a possibilitar a mobilização e garantir a representatividade dos diversos segmentos;
- F. Interiorização da Política de SAN para todo o Estado da Paraíba com ênfase na sensibilização dos gestores municipais para a adesão ao SISAN com assessoria do governo estadual para a implantação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo formação continuada, bem como, apoio para a realização das Conferências Municipais de SAN, para a elaboração dos Planos Municipais de SAN e para a criação e fortalecimento de outros espaços de participação e controle social;
- G. Pactuação do governo estadual com os municípios que aderirem ao SISAN, dando prioridade para os mesmos no que se refere ao acesso aos programas governamentais, dando condições para o funcionamento dos componentes do sistema (Conselhos de SAN, Câmaras Intersetoriais de SAN, Conferências de SAN, Planos de SAN) e fomentando a intersetorialidade na gestão pública e os espaços de diálogo entre governo e sociedade civil;
- H. Criação de um Grupo de Trabalho (GT) entre Conselhos de SAN e Ministério Público voltado para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA), combatendo as violações desse direito;
- I. CONSEA-PB provocar órgãos e entidades responsáveis sobre a desburocratização e cobrar transparência no processo de concessão da DAP (ou documento equivalente, a exemplo do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)) e de chamadas públicas (PAA, etc);

- J. Criação de um núcleo de formação RH em SAN, vinculado à CAISAN Estadual com recursos previstos no PPA, bem como uso de emendas parlamentares para promover SAN para gestores, trabalhadores e usuários, assim como promover a estruturação do controle social com a promoção de programas de capacitação continuada para os conselheiros;
- K. Garantir o compromisso do Governo Estadual com o SISAN, viabilizando a organicidade da CAISAN como fundamental para existência de uma política intersetorial, garantindo a articulação dentro dos territórios entre os diversos equipamentos públicos, políticas públicas, sistemas e programas governamentais e não governamentais, incluindo o SISAN na pauta dos consórcios dos governos do nordeste e outros;
- L. Garantir a comunicação e integração do CONSEA-PB com COMSEAs, expondo o papel dos colegiados, das(os) conselheiras(os) e como se dão essas relações, fomentando o diálogo entre os Conselhos, definindo um número máximo de conselheiras(os) no CONSEA-PB, diminuindo o número de conselheiras(os) no litoral e aumentando o número das(os) conselheiras(os) do interior, democratizando a representatividade por região geográfica, político e administrativa e elencar critérios para renovação do quadro das lideranças representativas, buscando intensificar o diálogo entre Estado e municípios;
- M. Fortalecimento da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido, que realmente assegurem os recursos necessários para apoio às ações da agricultura de base agroecológica, incluindo assistência técnica, comercialização e produção nos 223 municípios do Estado;
- N. Fortalecer a articulação entre as CAISANS Municipais e COMSEAs, entre CONSEA-PB e CAISAN-PB, dando publicidade às ações destes garantindo a intersectorialidade das políticas de SAN com identificação de ações, projetos, programas e planos que promovam a SAN na esfera de governos com planejamento, integração efetiva e continuada, ações orçamentárias no PPA própria para o PLAN SAN e formação continuada sobre o SISAN e a PNSAN;
- O. Fortalecimento da SAN, assegurando no Plano de SAN o incentivo na produção de alimentos agroecológicos, criação de feiras comunitárias, hortas escolares, uma política de coleta de resíduos nos municípios.

3.8.2 - Metas e Secretarias/Órgãos Responsáveis

Responsável: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS.

- A. Articular a constituição de 04 Consórcios Municipais para Inspeção Agropecuária;
- B. Criar Selo de Origem para produtos da Agricultura Familiar Paraibana;
- C. Desenvolver um Sistema de Informações e Banco de Dados da Agricultura Familiar - SIBDAF/PB.

Responsável: Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SEIRHMA.

A. Fortalecer o sistema de gestão estadual de recursos hídricos.

Responsável: Secretaria de Estado da Saúde - SES.

- A. Aumentar a eficiência das ações de vigilância sanitária através de monitoramento em todos municípios no Estado;
- B. Realizar inspeções sanitárias nos estabelecimentos e serviços públicos e privados sob a responsabilidade da AGEVISA.

Responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP.

- A. Fiscalizar em todo estado da Paraíba todos os produtores de banana, uva, cana de açúcar, palma forrageira e citros, referente a presença ou não de pragas quarentenárias;
- B. Fiscalizar serviços de inspeção estadual - 100% das agroindústrias lácteas beneficiadoras de carnes e embutidos e abatedouros cadastrados, através dos serviços de inspeção estadual.

3.8.3 - Objetivos e Iniciativas

Quadro 26 - Objetivos e Iniciativas da Diretriz 8.

Objetivos	Iniciativas
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de Governo	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação
Articular, no âmbito do Poder Público Estadual, os programas governamentais de apoio e fomento ao desenvolvimento municipal, por intermédio do Programa Pacto pelo Desenvolvimento Social ou através de outros programas	Gestão de Pactos Sociais e de Iniciativas de Interesse Coletivo
Fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável	Defesa Sanitária Animal e Vegetal
Gerenciar o sistema integrado de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos do Estado	Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado
Promover a melhoria da qualidade e da segurança dos produtos e serviços	Execução de Atividades de Qualidade

Fonte: PPA 2020-2023

3.8.4 - Monitoramento com Indicadores de Resultados

Quadro 27 - Programa: 5002 Economia Sustentável e Competitiva.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
· Aumento no N° de municípios com Programas e Políticas Públicas para Agricultura Familiar	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00
· IDH Rural	Famílias Atendidas	31/12/2018	2,00
· Montante (R\$) financeiro acessado pela Agricultura Familiar	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00

• Número de atividades geradoras de renda desenvolvidas por jovens rurais	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00
• Número de atividades geradoras de renda desenvolvidas por mulheres rurais	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00
• Número de atividades produtivas por família agricultora	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00
• Número de Empreendimentos de Agricultura Familiar com Certificação Sanitária e/ou de Origem	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00
• Número de família com ATER Continuada	Famílias Atendidas	31/12/2018	2,00
• Número de famílias atendidas	Famílias	31/12/2018	2,00
• Número de tecnologias sociais trabalhadas por família agricultora	Famílias	31/12/2018	2,00
• PIB agropecuário	Famílias	31/12/2018	2,00
• PIB per capita (em R\$ /Hab.)	Número Absoluto	30/10/2018	10.152,00
• Produção da Agricultura Familiar (km/ha)	Famílias	31/12/2018	2,00
• Produção da Agricultura Familiar (T)	Famílias	31/12/2018	2,00
• Quantidade de arranjos e sistemas produtivos locais apoiados pelas instituições que integram as Câmaras Programáticas do NEAPL-PB, nas atividades do Comércio e Serviços. (Em Apuração).	Unidade	31/12/2018	1,00
• Quantidade de arranjos e sistemas produtivos locais apoiados, pelas instituições que integram as Câmaras Programáticas do NEAPL-PB, nas atividades da agropecuária e pesca.	Unidade	31/12/2018	1,00
• Quantidade de Instituições do Sistema Produtivo e Inovativo estadual, públicas e privadas, que integram o NEAPL.	Unidade	31/12/2018	1,00
• Quantidade de Oportunidades de Investimentos identificadas nos arranjos e sistemas produtivos locais, no total do estado e por região intermediária.	Unidade	7/31/2018	1,00
• Quantidade de Unidades de Inteligência Territorial implantadas em cada Instituição Pública de Ensino Superior que integrem o Observatório Paraibano de APLs, no estado e por região intermediária.	Unidade	31/12/2018	1,00
• Razão entre o PIB per capita da Paraíba e do Brasil	%	31/10/2012	44,80
• Redução no N° de famílias em situação de Pobreza Extrema	Famílias Por Ano	31/12/2018	2,00
• Renda (R\$) Familiar Rural	Famílias	31/12/2018	2,00
• Taxa de Crescimento do PIB	%	31/10/2012	4,00
• Taxa de empreendimentos econômicos solidários apoiados	%	07/01/2019	85,00
• Unidades Familiares de Produção - UFPs com água para consumo humano	Famílias Atendidas	12/31/2018	2,00
• Unidades Familiares de Produção - UFPs com água para produção	Famílias Por Ano	12/31/2018	2,00
• Valor dos gastos com atividades inovativas nos arranjos e sistemas produtivos locais (Em Apuração)	Mês		
• Variação do número de projetos de pesquisa agropecuária implementados	%	6/30/2015	100,00

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 28 - Programa: 5003 Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
• Percentual da população urbana atendida com rede de abastecimento de água	%	30/12/2014	95,02
• Percentual da população urbana atendida com rede de esgotamento sanitário	%	30/12/2014	55,51
• Percentual do aumento da capacidade de armazenamento de água do Estado	%	17/07/2019	39,36
• Proporção entre o volume armazenado nos reservatórios equivalentes e sua capacidade total	%	17/07/2019	2,31
• Redução em 9.150 do déficit habitacional na população de baixa renda	Unidade	28/06/2019	114.122,00

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 29 - Programa: 5007 Saúde Integral.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
• Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	Taxa	22/07/2019	11,65

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 30 - Programa: 5008 Assistência Social, Direitos Humanos e Proteção Social.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
• Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	Número Absoluto	31/12/2010	0,66
• Índice de Gini	Número Absoluto	31/12/2010	0,61
• Percentual de municípios em situação de vulnerabilidade em relação à insegurança alimentar e nutricional	%	07/01/2019	54,00
• Proporção de pessoas abaixo da linha de indigência	%	31/12/2010	14,60
• Proporção de pessoas entre a linha de pobreza e Indigência	%	31/12/2010	15,40
• Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	07/01/2019	8,50
• Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com até 20 mil habitantes	%	07/01/2019	100,00
• Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 100 mil habitantes	%	07/01/2019	100,00
• Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 20 mil habitantes e menos que 100 mil habitantes	%	07/01/2019	100,00

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 31 - Programa: 5009 Cultura, Turismo e Esporte e Lazer.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
· Artesanato	Porcentagem (%)	31/12/2018	0,01

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 32 - Programa: 5010 Pacto pela Juventude.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
· Quantidade de atividades realizadas com jovens mulheres, negros, LGBTQI+ e com a juventude de comunidades tradicionais.	Unidade	26/07/2019	0,00

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 33 - Programa: 5293 Segurança Hídrica.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
· Número de dias com água encanada nas cidades beneficiadas das regiões do Agreste e da Borborema	Dias	05/02/2019	98.000,00
· Redução do volume das descargas de poluição (DBO) nos corpos d'água da região metropolitana de João Pessoa	Tonelada/Ano	05/02/2019	96.000,00

Fonte: PPA 2020-2023

Quadro 34 - Programa: 5294 Paraíba Rural Sustentável.

Indicador	Unidade de Medida	Ref / Data	Ref / Índice
· Beneficiários que adotaram alguma tecnologia agrícola promovida pelo Projeto (Em Apuração)	Unidade		
· Beneficiários que adotaram alguma tecnologia agrícola promovida pelo Projeto Mulher (Em Apuração)	Unidade		
· Número de pessoas em áreas rurais com acesso a água melhorado graças ao Projeto	Unidade	01/12/2018	38.000,00
· Taxa de incremento do valor médio bruto de vendas dos produtores nas Alianças Produtivas (Em Apuração)	Percentual		

Fonte: PPA 2020-2023

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a complexidade temática aqui debatida entendemos que um PLANSAN é uma ferramenta em permanente construção e requer por isso ajustes periódicos para bem atender ao fim a que se destina. Sabemos que o direcionamento das ações de SAN dá-se a partir da PNSAN e suas respectivas diretrizes, orientando prioridades de acordo com especificidades locais, contemplando, em seu conjunto, as dimensões de SAN. Deste modo, nesta etapa final do II PLANSAN-PB faz-se necessário o referenciamento de alguns pontos a serem priorizados, pelas Secretarias e Órgãos integrantes da CAISAN-PB, como os sistemas agroecológicos e ações voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, dada a ênfase recebida por esses tópicos na 5ª CESAN-PB.

A complexidade própria dos sistemas agroecológicos produz um desafio permanente aos gestores na sua implementação, ao mesmo tempo em que se reconhece o investimento nessa área como caminho imprescindível ao desenvolvimento sustentável. Já em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais, a dívida social constante com esta população é mais que suficiente para entendermos que as políticas públicas de apoio direto ainda são incipientes, carecendo portanto de uma maior intensificação na prioridade das ações voltadas a esse público.

Outra necessidade de aperfeiçoamento evidenciada, para melhoria do processo de planejamento e monitoramento das ações de SAN no Estado, é que ações dessa área sejam tratadas de forma isolada nos instrumentos de gestão governamental (PPA e LOA) e não vinculadas a outras ações sem relação direta com a Segurança Alimentar e Nutricional. Isso facilitaria enormemente o monitoramento e em consequência a implementação de ajustes quando se fizerem necessários.

Ainda em relação ao conteúdo programado e aqui apresentado identificamos a necessidade de maior qualificação dos dados de SAN presentes nas LOA's como a definição dos produtos, unidades e quantidades vinculados às ações programadas. Isso é de grande relevância para também qualificar o monitoramento e por conseguinte a conquista de resultados satisfatórios na área em questão.

Em relação a indicadores de necessidades de aperfeiçoamento na implementação deste plano, no que diz respeito à execução e métodos, destaca-se inicialmente a necessidade de maior atenção aos percentuais de implementação das ações de SAN vinculadas às diretrizes nacionais 3 e 5, ambas com menos de 10% de execução financeira no ano de 2020. Outro ponto é o público alvo, uma vez que em razão da exiguidade de recursos financeiros e humanos, bem como por reconhecer a importância do princípio da equidade, sabemos que a elaboração de políticas públicas seguem critérios objetivos de priorização de público alvo. Assim, no caso da Segurança Alimentar e Nutricional considera-se como elemento estruturante da política a orientação do Mapa da Insegurança Alimentar e Nutricional de um dado território.

A SEDH publicou o Mapa INSAN-PB em junho de 2020, com a apresentação do índice de INSAN de cada um dos 223 municípios do Estado, onde se destaca a situação de 86 municípios com nível Alto ou Extremamente Alto de Insegurança Alimentar e Nutricional. Assim sugerimos o uso dessa ferramenta como norteadora no planejamento e implementação das ações de SAN no estado, inclusive por utilizar dados de fontes nacionais de caráter nutricional, social e econômico. Para tanto, em virtude da necessidade de acompanhamento periódico da Insegurança Alimentar e Nutricional no estado, reiteramos a relevância de atualização anual do Mapa INSAN-PB.

Para além das indicações de aperfeiçoamento de conteúdo e método, e considerando a história

como um patrimônio único constituído a partir do arquivo documental, insubstituível, transmitido de geração a geração, faz-se necessário o registro de dados e informações acerca dos processos de construção coletiva da sociedade civil e do governo para que se possa garantir o aperfeiçoamento de política pública. Desta forma, ter um bom controle na produção e gestão de documentos e das informações são imprescindíveis para a democracia.

Muitas são as ações e esforços realizados por representantes da sociedade civil e do governo ao longo dos anos na Paraíba, assim o levantamento de informações sobre a história do SISAN na Paraíba permitiu o resgate de dados relevantes sobre o passado e o presente dessa luta em nosso estado. No entanto, reconhece-se que é necessário aprofundar a pesquisa nessa área, tanto por parte de representantes da sociedade civil quanto do governo, para que essa história seja registrada e disponibilizada de maneira ainda mais sistematizada e qualificada para o futuro da SAN na Paraíba.

Diante da riqueza de informações do II PLANSAN-PB e de sua relevância para a gestão pública, enquanto suporte informacional à atuação de gestores e equipes técnicas governamentais e da sociedade civil organizada, entende-se como imprescindível que processos educativos sejam realizados junto a membros do CONSEA-PB, de Conselhos Municipais, da CAISAN-PB e de Câmaras Intersetoriais Municipais. Tais processos poderão ser realizados pela CAISAN-PB e pelo CONSEA-PB, a fim de que as ações previstas no PPA e nas LOAs sejam conhecidas, fortalecidas e aperfeiçoadas em todo o território paraibano. Vale destacar que a realização de formações para fortalecimento de COMSEAs e CAISANs Municipais foi uma demanda enunciada em sentenças prioritárias da 5ª CESAN-PB. Para tanto é cabível a publicação anual de uma avaliação quantitativa e qualitativa das ações do II PLANSAN-PB realizadas no ano imediatamente anterior.

Ao revisar destaques da história do SISAN na Paraíba, é importante reconhecer esforços diversos que se acumularam e se fortaleceram, culminando em conquistas cruciais para o avanço do SISAN no estado da Paraíba. A metodologia de analisar e debater minuciosamente o PPA e as LOAs, fazendo uma triangulação com as prioridades da 5ª CESAN-PB, envolvendo a Comissão de Elaboração do II PLANSAN-PB que representaram secretarias e órgãos da CAISAN-PB e do CONSEA-PB, proporcionou uma sistematização ampla e rica acerca das ações de SAN em curso para o período 2020-2023 e de suas respectivas necessidades de ajustes.

No Brasil é comum que as equipes técnicas finalísticas tenham pouco conhecimento acerca dos Instrumentos de Gestão Governamental, como o PPA, LDO e LOA, ficando quase sempre distanciadas de sua elaboração e monitoramento, o que gera a perda da oportunidade de se utilizar toda a potencialidade desses instrumentos na qualificação das políticas públicas em geral, e em especial de SAN. A experiência de elaboração do II PLANSAN-PB contribuiu portanto também para o fortalecimento da gestão intersetorial de SAN no estado, instrumentalizando representantes da CAISAN-PB para lograrem maior domínio no monitoramento e consequentemente no melhoramento contínuo da execução de suas ações.

Assim, finalizamos mais um passo na organização da Política de SAN na Paraíba e esperamos com esse II PLANSAN-PB contribuir para o fortalecimento da gestão intersetorial de SAN, bem como para subsidiar a sociedade civil no acompanhamento da execução das ações de segurança alimentar e nutricional realizadas no estado, garantindo pleno exercício do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.

APÊNDICE 1 - PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAN 2020 COM MONITORAMENTO

Com este apêndice apresentamos a Programação Anual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional referente ao ano de 2020 (PROASSAN-2020), instrumento este que pode ser considerado uma inovação na área da gestão da PNSAN no Brasil. Em razão do fato desta programação ser apresentada em conjunto com o II PLANSAN-PB, consideraremos como análise situacional a mesma apresentada neste plano, assim como os objetivos, metas e indicadores também já elencados acima.

Como conteúdo específico desta PROASSAN, assim como da de 2021, chamamos a atenção para a Secretaria ou Órgão responsável pela iniciativa, tanto quanto para os produtos e quantidades previstas, já que se constituem em importantes elementos de monitoramento.

Com relação à despesa fixada, essa informação corresponde ao valor do orçamento atualizado até o mês de dezembro de 2020. Os valores das despesas pagas foram atualizados até abril de 2021. Na última coluna de todos os quadros, acrescentamos o percentual de execução que é decorrente da operação entre Despesa Fixada e Despesa Paga.

Apenas para efeito de valorização de nossa memória, adicionamos abaixo (Figura 01) um importante registro que foi uma das etapas regionais da 5ª CESAN-PB.



Figura 01 - 5ª CESAN - Etapa Regional em João Pessoa - PB.

1.1 - Diretriz 1 - Acesso à alimentação

Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

No quadro 01 abaixo encontram-se as iniciativas que foram vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 01, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 01 - Iniciativas da Diretriz 1.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1074	Estruturação e Organização dos Arranjos Produtivos Locais	SEDAP			1.000,00	0,00	0,00%
1679	Construção e Ampliação da Infraestrutura da Rede de Abastecimento e Comercialização	SEDAP	Unidade construída /ampliada/reformada	4	330.000,00	0,00	0,00%
2111	Desenvolvimento do Programa – Paraíba Produtiva	SEDAP			794.853,00	4.910,00	0,62%
2112	Qualificação do Acesso de Programas e Políticas Voltadas a Agricultura Familiar	SEAFDS			100.000,00	1.925,00	1,93%
2113	Desenvolvimento do Programa de Governança e Parcerias pela Agricultura Familiar e o Semiárido Paraibano	SEAFDS			141.415,00	4.550,00	3,22%
2594	Programa de Aquisição de Alimentos	SEDH / SESAES	Município beneficiado	134	24.974.642,21	17.810.105,89	71,31%
2676	Produção e Distribuição de Sementes	SEDAP	Semente básica produzida	1 Ton.	60.000,00	11.295,00	18,83%
2758	Fornecimento de Alimentação Escolar	SEECT	Estudante atendido	269.549	79.143.712,00	41.868.200,87	52,90%
4165	Manutenção das Centrais de Abastecimento e Comercialização	SEDAP	Comerciante e produtor rural atendido	1	8.142.350,00	3.607.487,25	44,31%

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1074	Estruturação e Organização dos Arranjos Produtivos Locais	SEDAP			1.000,00	0,00	0,00%
1679	Construção e Ampliação da Infraestrutura da Rede de Abastecimento e Comercialização	SEDAP	Unidade construída/ampliada/reformada	4	330.000,00	0,00	0,00%
2111	Desenvolvimento do Programa – Paraíba Produtiva	SEDAP			794.853,00	4.910,00	0,62%
2112	Qualificação do Acesso de Programas e Políticas Voltadas a Agricultura Familiar	SEAFDS			100.000,00	1.925,00	1,93%
2113	Desenvolvimento do Programa de Governança e Parcerias pela Agricultura Familiar e o Semiárido Paraibano	SEAFDS			141.415,00	4.550,00	3,22%
2594	Programa de Aquisição de Alimentos	SEDH / SESAES	Município beneficiado	134	24.974.642,21	17.810.105,89	71,31%
2676	Produção e Distribuição de Sementes	SEDAP	Semente básica produzida	1 Ton.	60.000,00	11.295,00	18,83%
2758	Fornecimento de Alimentação Escolar	SEECT	Estudante atendido	269.549	79.143.712,00	41.868.200,87	52,90%
4165	Manutenção das Centrais de Abastecimento e Comercialização	SEDAP	Comerciante e produtor rural atendido	1	8.142.350,00	3.607.487,25	44,31%
4174	Segurança Alimentar e Nutricional da EMPASA-SANE	SEDAP	Família atendida	1	197.150,00	0,00	0,00%
4225	Crédito Produtivo Orientado	FEAE	Crédito concedido	33.901.400	26.205.000,00	19.096.589,32	72,87%
4264	Promoção da Política de Assistência Social	SEDH	Município atendido	223	5.110.104,17	3.523.660,01	68,95%
4268	Disponibilização de Alimentos para Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional –Restaurantes Populares	SEDH	Refeição fornecida	100.000	10.029.999,00	7.611.307,67	75,89%

Fonte: Portal da Transparência PB

1.2 - Diretriz 2 - Sistemas agroecológicos

Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

No quadro 02 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 02, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 02 - Iniciativas da Diretriz 2.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1771	Desenvolvimento Produtivo e Inserção no Mercado Competitivo - PROCASE	Procace	Pequeno produtor agrícola e não agrícola apoiado	100	8,817,305.06	4,491,691.08	50.94%
1845	Alianças Produtivas	Cooperar	Cooperativa implantada e em funcionamento	68	5,909,765.00	0,00	0.00%
2383	Estruturação e Organização dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais - ASPL's	Turismo	APL/empresa atendido(a)	1	124,000.00	0,00	0.00%
4327	Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável	EMPAER	Famílias de agricultores familiares assistidas	90,000	1,240,000.00	56,151.26	4.53%
4695	Modernização das Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	SESAES	Município atendido	75	8,070,728.00	0,00	0.00%

Fonte: Portal da Transparência PB

1.3 - Diretriz 3 - Formação em SAN

Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

No quadro 03 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 03, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 03 - Iniciativas da Diretriz 3.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1617	Infraestrutura de Apoio à Pesquisa	EMPAER	Infraestrutura física/organizacional implantada	1	1.280.000,00	73.830,48	5,77%
1773	Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - PROCASE	Procasse	Pessoa capacitada	35	79.883,00	53.176,68	66,57%
2110	Fortalecimento da Organização Social da Agricultura Familiar e seus Públicos Especiais	SEDAP			120.000,00	2.425,00	2,02%
2121	Feiras e Eventos	FEAE	Eventos	5.000	420.000,00	0,00	0,00%
2659	Capacitação, Fortalecimento Organizacional e Produtivo da Agropecuária	SEDAP	Agricultor familiar assistido	1	15.062.931,00	643.946,66	4,28%
2747	Promoção da Educação em Direitos Humanos e Diversidade	SEECT	Estudante atendido	269.695	6.233.813,00	224.868,92	3,61%
4224	Treinamento e Palestras Gerenciais para os Empreendedores	FEAE	Pessoas beneficiadas	33.901.400	190.000,00	1.025,00	0,54%
4291	Arranjos Produtivos e Alternativas para a Sustentabilidade	Fundagro	Família capacitada	1	10.000,00	0,00	0,00%
4293	Difusão e Transferência de Tecnologia Agropecuária	EMPAER	Evento realizado	1.230	129.600,00	14.738,00	11,37%

4294	Pesquisa, Experimentação e Tecnologia Aplicada aos Recursos Genéticos e à Produção Sustentável da Agropecuária	EMPAER	Trabalho publicado	15	2.442.157,60	358.010,04	14,66%
4425	Assistência Técnica aos Agricultores Familiares	EMPAER	Agricultor familiar assistido	40.000	405.000,00	54.945,00	13,57%
4909	Promoção de Eventos Sócio-Participativos de Articulação	SEDAM	Treinamento realizado	15	4.100,00	0,00	0,00%

Fonte: Portal da Transparência PB.

1.4 - Diretriz 4 - Povos tradicionais

Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais povos indígenas e assentados da reforma agrária.

No quadro 04 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 04, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 04 - Iniciativas da Diretriz 4.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1062	Fomento de Atividades Econômicas para Grupos Produtivos (Urbanos e Rurais) e Empreendedorismo Individual de Mulheres, LGBTQI+, População Negra, Quilombola, Indígena, Cigana, Ribeirinha e Comunidades de Religião de Matriz Africana	SEMDH			6.000,00	348,29	5,80%
2200	Implementação de Ações de Valorização das Culturas Tradicionais	SECULT			0,00	0,00	0,00
2231	Promoção de Atividades Dirigidas à Jovens Negras(os), LGBTQI+ e Mulheres Jovens	SEMDH			4.000,00	0,00	0,00%
4647	Campanhas, Ações Educativas e Atividades Cigana, Indígena e Comunidades de Religião de Matriz Africana	SEMDH	Campanha educativa realizada	6		2.850,00	31,67%

4648	Atendimento, Apoio, Assessoramento e Orientação Técnica a População Negra, Quilombola, Indígena, Cigana, Ribeirinha e Comunidades de Religião de Matriz Africana 2021 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA JOÃO BALULA	SEMDH	Pessoa acolhida	6	12.000,00	1.435,00	11,96%
4649	Curios de Capacitação e Qualificação Profissional e Fomento a Atividades Econômicas para Grupos Produtivos	SEMDH	Curios realizados e grupos produtivos apoiados	6	9.000,00	0	0,00%
4650	Realização de Eventos, Conferências Temáticas e Atividades Alusivas ao Calendário LGBTQI+, Mulheres, População Negra, Quilombola, Cigana, Indígena e Comunidades de Religião de Matriz Africana	SEMDH	Conferência/evento realizado	6	12.000,00	5.864,00	48,87%
4651	Interiorização das Políticas Públicas para Mulheres, LGBTQI+ e Étnico Racial	SEMDH	Município com organismos de políticas públicas implantados	6	6.000,00	1.006,90	16,78%

Fonte: Portal da Transparência PB

1.5 - Diretriz 5 - SAN na Saúde

Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.

No quadro 05 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 05, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 05 - Iniciativas da Diretriz 5.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
4727	Vigilância e Formação Sanitária de Produtos e Serviços	Agevisa	Município atendido	3,350	505,000.00	28,440.00	5.63%
4732	Fortalecimento e Ampliação da Rede de Banco de Leite no Estado	SES	Município beneficiado	1	60,000.00	0,00	0.00%

Fonte: Portal da Transparência PB

1.6 - Diretriz 6 - Acesso à água

Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.

No quadro 06 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 06, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 06 - Iniciativas da Diretriz 6.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1088	Operação e Monitoramento de Recursos Hídricos do Estado.	SEIRHMA			8.752.560,00	0,00	0,00%
1161	Construção de Barragens e Açudes	SEIRHMA	Barragem construída	2	30.413.485,79	13.596.164,86	44,70%
1162	Construção de Adutoras	SEIRHMA	Adutora implantada	2	22.470.000,00	5.338.141,71	23,76%
1476	Abastecimento de Água Através de Carro-Pipa	SEIRHMA	Comunidade urbana e rural abastecida	500	5.427.613,00	2.925.000,00	53,89%
1510	Recuperação, Despoluição e Preservação dos Recursos Hídricos	Fundo de Recursos Hídricos			0,00	0,00	0,00
1562	Construção e Recuperação de Cisternas	SEIRHMA	Cisterna construída e/ou recuperada	10	1.420.000,00	0,00	0,00%
1599	Operacionalização,	SEDAP	Irrigante	1	355.000,00	300	0,08%
1678	Construção e Ampliação da Infraestrutura Piscícola	SEDAP	Unidade construída/ampliada/reformada	11	1.250.000,00	0,00	0,00%
1703	Implementação de Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água das Chuvas para o Consumo Humano e a Produção de Alimentos	SEDH	Cisterna construída	300	1.154.600,99	989.476,70	85,70%
1737	Implantação do Canal Acauã/Araçagi	SEIRHMA	Canal implantado	1	122.000.000,00	69.125.266,61	56,66%

1806	Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática	Cooperar	Projeto de DS em aglomerado produtivo implantado	150	29.167.442,00	21.959,01	0,08%
1853	Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário	SEIRHMA	Sistema de esgotamento sanitário implantado	4	19.605.786,00	6.231.154,85	31,78%
1854	Implantação, Recuperação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento D' água	SEIRHMA	Sistema de abastecimento de água construído	4	12.100.000,00	2.443.283,85	20,19%
1855	Implementação, Recuperação e Gestão de Sistemas de Dessalinização	SEIRHMA	Sistema implantado/mantido	20	8.324.158,00	5.857.459,92	70,37%
1862	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Barreiros no Âmbito do Programa Água Para Todos	SEIRHMA	Sistema de abastecimento de água construído	10	3.654.056,00	777.025,80	21,26%
2267	Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Esgotamento Sanitário	SEIRHMA	Serviço de esgotamento sanitário implantado	2	91.875.670,00	34.045.510,32	37,06%
2460	Perfuração, Instalação e Recuperação de Poços Tubulares	SEIRHMA	Poço tubular perfurado e instalado	100	5.383.249,00	1.310.078,83	24,34%
4252	Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Abastecimento D' água	SEIRHMA	Sistema de abastecimento de água construído	2	156.947.420,00	34.726.105,06	22,13%
4278	Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca em Águas Interiores	SEDAP	Alevino produzido e distribuído	1	710.500,00	15.960,00	2,25%
4616	Apoio às Atividades de Aquicultura e Pesca	Fundagro	Piscicultores, pescadores e aquicultores inseridos no processo produtivo	1	135.000,00	12.880,00	9,54%

Fonte: Portal da Transparência PB

1.7 - Diretriz 8 - Monitoramento

Monitoramento da realização do direito humano à alimentação e nutrição adequada.

No quadro 07 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 08, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado e quantidade a ser monitorada.

Quadro 07 - Iniciativas da Diretriz 8.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto	Quant.	Despesa Fixada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% de Execução
1505	Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado	Fundo de Recursos Hídricos			0,00	0,00	0,00
1822	Implementação e Manutenção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na Paraíba	SEDH	Município atendido	50	243.460,00	123.424,00	50,70%
2466	Execução de Atividades de Qualidade	Inmetro	Fiscalização realizada	2	100.000,00	0,00	0,00%
4287	Defesa Sanitária Animal e Vegetal	SEDAP	Rebanho bovino, caprino e ovino sob controle sanitário	1	7.730.993,49	261.490,23	3,38%
4542	Manutenção do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA-PB	Casa Civil	Conselho mantido	1	272.000,00	0,00	0,00%
4781	Gestão de Pactos Sociais e de Iniciativas de Interesse Coletivo	SEDAM	Relatório de acompanhamento de Pactos e de Iniciativas realizadas	2	3.516.000,00	28.880,00	0,82%
4902	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação	Codata	Programa apoiado	1	17.060.000,00	4.648.930,08	27,25%

Fonte: Portal da Transparência PB

1.7.1 - Monitoramento da Execução Financeira por Diretriz Nacional de SAN

Na tabela 01 abaixo encontra-se uma análise do percentual de execução financeira por Diretriz Nacional de SAN. A maioria foi concluída com percentual abaixo de 50%, destacando-se a 03 e 05 que ficaram com menos de 10% de execução neste primeiro ano do Plano.

Tabela 01 - Execução Financeira por Diretriz em 2020.

Diretriz Nacional de SAN	Despesa Fixada	Despesa Paga	% de Execução
1 - Acesso à alimentação	R\$ 190.052.042,64	R\$ 119.922.678,73	63,10%
2 - Sistemas agroecológicos	R\$ 24.161.798,06	R\$ 4.547.842,34	18,82%
3 - Formação em SAN	R\$ 26.377.484,60	R\$ 1.426.965,78	5,41%
4 - Povos tradicionais	R\$ 58.000,00	R\$ 11.504,19	19,83%
5 - SAN na Saúde	R\$ 565.000,00	R\$ 28.440,00	5,03%
6 - Acesso à água	R\$ 521.146.540,78	R\$ 177.415.767,52	34,04%
8 - Monitoramento	R\$ 28.922.453,49	R\$ 5.062.724,31	17,50%
Total geral	R\$ 791.283.319,57	R\$ 308.415.922,87	38,98%

Fonte: SEDH-PB/DSAN/SISAN e LOA 2020
Data: 30/04/2021

1.7.2 - Ações Especiais Realizadas na Pandemia da Covid-19

As ações abaixo foram realizadas durante o ano de 2020 como forma de mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 em meio à população mais vulnerável. As ações realizadas em 2021 de apoio à mesma população, para minimizar o impacto da Covid-19, encontram-se na PROASSAN 2021, (Apêndice 2, item 2.7.1). Outras ações foram realizadas por Secretarias e órgãos integrantes da CAISAN e se encontram inseridas na Lei Orçamentária Anual de cada uma delas.

Tabela 02 - Ações Emergenciais realizadas pela SEDH-PB em 2020.

AÇÃO DE GOVERNO EM 2020	EMPENHADA	PAGA	SALDO A PAGAR
2232 - CONCESSAO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	6.289.200,00	6.289.200,00	0
2594 - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	3.906.612,66	2.752.989,60	1.153.623,06
4264 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000.000,00	999.908,40	91,6
4268 - DISPONIBILIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO	2.410.670,00	2.258.550,00	152.120,00
4594 - CARTÃO ALIMENTAÇÃO	3.628.195,38	3.628.195,38	0
Total	17.234.678,04	15.928.843,38	1.305.834,66

Fonte: SEDH - PB
Data de atualização: 06/05/2021

PAA/CDS EMERGENCIAL

O PAA é um programa do governo federal, que tem como objetivo promover o acesso em quantidade, qualidade e regularidade necessária à pessoa em situação de insegurança alimentar, como também valorizar e fortalecer a agricultura familiar por meio da inclusão econômica e social, valorizando a produção sustentável e geração de renda. Em 2019 vinculou 191 agricultores distribuídos em 7 regiões do estado e atendeu 49 entidades. No ano de 2020 esse quadro mudou para 184 municípios nas 14 regiões com 191 entidades vinculadas.

Quadro 08 - Municípios Contemplados com o PAA/CDS Emergencial.

Aroeiras, Alhandra, Algodão de Jandaíra, Aparecida, Alagoa Nova, Assunção, Areia, Arara, Araçagi, Alagoa Grande, Aguiar, Amparo, Araruna, Bayeux, Baraúna, Bom Sucesso, Bom Jesus, Boa Ventura, Bonito de Santa Fé, Borborema, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Belém do Brejo do Cruz, Barra de São Miguel, Belém, Brejo do Cruz, Boqueirão, Bananeiras, Baía da Traição, Congo, Campina Grande, Cuité, Caaporã, Condado, Caturité, Caraúbas, Coxixola, Cajazeirinhas, Cacimbas, Capim, Catolé do Rocha, Casserengue, Cubati, Conde, Conceição, Cajazeiras, Caiçara, Cacimba de Dentro, Cachoeira Dos Índios, Cabaceiras, Coremas, Curral de Cima, Cruz do Espírito Santo, Damião, Dona Inês, Diamante, Duas Estradas, Emas, Esperança, Fagundes, Gurjão, Gurinhém, Guarabira, Itaporanga, Itabaiana, Itapororoca, Ingá, Igaracy, Itatuba, Juru, Juazeirinho, Joca Claudino, João Pessoa, Juripiranga, Jacaraú, Junco do Seridó, Livramento, Lagoa Seca, Lagoa, Lucena, Lagoa de Dentro, Mataraca, Matinhas, Mari, Mogeiro, Mamanguape, Monteiro, Marcação, Massaranduba, Mulungu, Manaíra, Monte Horebe, Nazarezinho, Nova Palmeira, Natuba, Olho D'Água, Olivedos, Pombal, Pedro Régis, Pitimbu, Pirpirituba, Pedra Branca, Pocinhos, Princesa Isabel, Patos, Pilões, Pedras de Fogo, Parari, Puxinanã, Picuí, Poço Dantas, Prata, Poço José de Moura, Pilar, Paulista, Queimadas, Riacho de Santo Antônio, Riachão do Poço, Riachão do Bacamarte, Riacho dos Cavalos, Remígio, Rio Tinto, Sumé, Santa Terezinha, Sousa, São José Dos Cordeiros, São José da Lagoa Tapada, Serra Redonda, Santo André, São José de Piranhas, Santa Helena, São José dos Ramos, Santa Luzia, Sapé, Sapé, Santa Rita, Santa Rita, Serra da Raiz, Sertãozinho, São José do Sabugi, Serra Branca, Soledade, Santa Cecília, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Cariri, São Bento, Santana dos Garrotes, São João do Rio do Peixe, São Vicente do Seridó, Serra Grande, São José de Caiana, Solânea, Salgadinho, Santa Inês, Santana de Mangueira, São João do Tigre, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São Miguel de Taipu, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serraria, Sossego, Taperoá, Triunfo, Tavares, Teixeira, Tacima, Umbuzeiro, Vieirópolis, Várzea, Vista Serrana e Zabelê.

Fonte: SEDH / SESAES

Data: 14/06/2021

APÊNDICE 2 - PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAN 2021

Assim como no apêndice anterior, aqui apresentamos a Programação Anual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional referente ao ano de 2021 (PROASSAN-2021). Como já citamos, este instrumento tem a natureza inovativa na área da gestão da PNSAN no Brasil. Em razão do fato desta programação ser apresentada em conjunto com o II PLANSAN-PB, consideraremos como análise situacional a mesma apresentada neste plano, assim como os objetivos, metas e indicadores também já elencados acima.

Como conteúdo específico desta PROASSAN chamamos a atenção para a Secretaria ou Órgão responsável pela iniciativa, tanto quanto para os produtos e quantidades previstas, já que se constituem em importantes elementos de monitoramento.

O valor orçado é o total previsto a ser executado durante o ano de 2021, podendo sofrer alterações mediante suplementações orçamentárias.

2.1 - Diretriz 1 - Acesso à alimentação

Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

No quadro 01 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 01, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 01 - Iniciativas da Diretriz 1.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto 2021	Unidad e 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
1074	Estruturação e Organização dos Arranjos Produtivos Locais	SEDAP				10.000,00
1679	Construção e Ampliação da Infraestrutura da Rede de Abastecimento e Comercialização	SEDAP	Unidade construída/ampliada/reformada	Unidade	1	503.000,00
2111	Desenvolvimento do Programa – Paraíba Produtiva	SEDAP				2.399.466,00
2112	Qualificação do Acesso de Programas e Políticas Voltadas a Agricultura Familiar	SEAFDS				141.415,00

2112	Qualificação do Acesso de Programas e Políticas Voltadas a Agricultura Familiar	SEAFDS				141.415,00
2113	Desenvolvimento do Programa de Governança e Parcerias pela Agricultura Familiar e o Semiárido Paraibano	SEAFDS				490.600,00
2594	Programa de Aquisição de Alimentos	SEDH / SESAES	Município beneficiado	Unidade	70	11.489.435,00
2676	Produção e Distribuição de Sementes	SEDAP	Semente básica produzida	Tonelada	1 Ton.	145.238,00
2758	Fornecimento de Alimentação Escolar	SEECT	Estudante atendido	Unidade	242.463	62.958.658,00
4165	Manutenção das Centrais de Abastecimento e Comercialização	SEDAP	Comerciante e produtor rural atendido	Unidade	1	16.306.486,00
4174	Segurança Alimentar e Nutricional da EMPASA-SANE	SEDAP	Família atendida	Unidade	3	55.000,00
4225	Crédito Produtivo Orientado	FEAE	Crédito concedido	Unidade	3.000	25.039.000,00
4264	Promoção da Política de Assistência Social	SEDH	Município atendido	Unidade	223	17.157.232,00
4268	Disponibilização de Alimentos para Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – Restaurantes Populares	SEDH	Refeição fornecida	Unidade	1.400.000	10.574.000,00
4442	Redistribuição e Regularização Fundiária	EMPAER	Município beneficiado	Unidade	25.000	2.928.000,00
4443	Gerenciamento das Ações de Crédito Fundiário	EMPAER	Família assentada	Unidade	30	315.000,00
4547	Motomecanização Agrícola	SEDAP	Produtor rural atendido	Unidade	1	54.000,00
4575	Fomento a Economia Solidária	SEDH / SESAES	Empreendimento beneficiado	Unidade	50	851.010,00
4594	Cartão Alimentação	SEDH	Município beneficiado	Unidade	50.000	22.736.918,00
4611	Produção e Distribuição de Mudanças	Fundagro	Muda produzida e distribuída	Unidade	1	1.000,00
4612	Construção, Reforma, Conservação da Infraestrutura de uso do Setor Agropecuário	SEDAP	Unidade construída, reformada ou conservada	Unidade	1	3.000,00
4615	Exposições, Feiras e Outros Eventos Agropecuários	Fundagro	Evento realizado	Unidade	10	1.320.000,00

4668	Equipamentos Públicos de Economia Solidária	SEDH / SESAES	Empreendimento atendido	Unidade	50	2.433.865,00
4830	Pró-produtor	SEDH	Produtor beneficiado	Unidade	70	1.700.000,00
4837	Comercialização de Insumos Básicos	SEDAP	Produtor rural atendido	Unidade	1	1.000,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.2 - Diretriz 2 - Sistemas agroecológicos

Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

No quadro 02 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 02, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 02 - Iniciativas da Diretriz 2.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto 2021	Unidade e 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
1771	Desenvolvimento Produtivo e Inserção no Mercado Competitivo - PROCASE	Procace	Pequeno produtor agrícola e não agrícola apoiado	Unidade	1	2.936.542,00
1845	Alianças Produtivas	Cooperar	Cooperativa implantada e em funcionamento		75	26.909.766,00
2383	Estruturação e Organização dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais - ASPL's	Turismo	APL/empresa atendido(a)	Unidade	1	80.000,00
4327	Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável	EMPAER	Famílias de agricultores familiares assistidas	Unidade	1	2.267.000,00
4695	Modernização das Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	SESAES	Município atendido	Unidade	50.000	22.000,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.3 - Diretriz 3 - Formação em SAN

Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

No quadro 03 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 03, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 03 - Iniciativas da Diretriz 3.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto 2021	Unidade 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
1617	Infraestrutura de Apoio à Pesquisa	EMPAER	Infraestrutura física/organizacional implantada	Unidade	1	800.000,00
1773	Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - PROCASE	Procace	Pessoa capacitada	Unidade	1	26.589,00
2110	Fortalecimento da Organização Social da Agricultura Familiar e seus Públicos Especiais	SEDAP				1.090.202,00
2121	Feiras e Eventos.	FEAE	Eventos	Unidade	20.000	800.000,00
2659	Capacitação, Fortalecimento Organizacional e Produtivo da Agropecuária	SEDAP	Agricultor familiar assistido	Unidade	1	12.692.580,00
2747	Promoção da Educação em Direitos Humanos e Diversidade	SEECT	Estudante atendido	Unidade	10.000	4.605.782,00
4224	Treinamento e Palestras Gerenciais para os Empreendedores.	FEAE	Pessoas beneficiadas	Unidade	3.000	70.000,00
4291	Arranjos Produtivos e Alternativas para a Sustentabilidade	Fundagro	Família capacitada	Família	1	20.000,00
4293	Difusão e Transferência de Tecnologia Agropecuária	EMPAER	Evento realizado	Unidade	1.271	167.000,00
4294	Pesquisa, Experimentação e Tecnologia Aplicada aos Recursos Genéticos e à Produção Sustentável da Agropecuária	EMPAER	Trabalho publicado	Unidade	15	1.889.000,00
4425	Assistência Técnica aos Agricultores Familiares	EMPAER	Agricultor familiar assistido	Unidade	40.000	271.500,00
4909	Promoção de Eventos Sócio-Participativos de Articulação	SEDAM	Treinamento realizado	Unidade	10	3.506.200,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.4 - Diretriz 4 - Povos tradicionais

Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

No quadro 04 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 04, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 04 - Iniciativas da Diretriz 4

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto 2021	Unidade 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
1062	Fomento de Atividades Econômicas para Grupos Produtivos (Urbanos e Rurais) e Empreendedorismo Individual de Mulheres, LGBTQI+, População Negra, Quilombola, Indígena, Cigana, Ribeirinha e Comunidades de Religião de Matriz Africana	SEMDH				14.000,00
2200	Implementação de Ações de Valorização das Culturas Tradicionais	SECULT	Política implementada	Unidade	3	300.000,00
4647	Cigana, Indígena e Comunidades de Religião de Matriz Africana	SEMDH	Campanha educativa realizada		6	28.000,00
4648	Atendimento, Apoio, Assessoramento e Orientação Técnica a População Negra, Quilombola, Indígena, Cigana, Ribeirinha e Comunidades de Religião de Matriz Africana 2021 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA JOÃO BALULA	SEMDH				49.000,00
4649	Cursos de Capacitação e Qualificação Profissional e Fomento a Atividades Econômicas para Grupos Produtivos	SEMDH	Cursos realizados e grupos produtivos apoiados		6	20.000,00
4650	Realização de Eventos, Conferências Temáticas e Atividades Alusivas ao Calendário LGBTQI+, Mulheres, População Negra, Quilombola, Cigana, Indígena e Comunidades de Religião de Matriz Africana	SEMDH	Conferência/evento realizado		6	96.000,00
4651	Interiorização das Políticas Públicas para Mulheres, LGBTQI+ e Étnico Racial	SEMDH	Município com organismos de políticas públicas implantados		9	26.000,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.5 - Diretriz 5 - SAN na Saúde

Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.

No quadro 05 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 05, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 05 - Iniciativas da Diretriz 5.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto 2021	Unidade 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
4727	Vigilância e Formação Sanitária de Produtos e Serviços	Agevisa	Município atendido		1200	426.874,00
4732	Fortalecimento e Ampliação da Rede de Banco de Leite no Estado	SES	Município beneficiado		223	546.000,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.6 - Diretriz 6 - Acesso à água

Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.

No quadro 06 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 06, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 06 - Iniciativas da Diretriz 6.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp. pela Iniciativa	Produto 2021	Unidade 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
1088	Operação e Monitoramento de Recursos Hídricos do Estado.	SEIRHMA				8.752.560,00
1161	Construção de Barragens e Açudes	SEIRHMA	Barragem construída	Unidade	2	60.862.114,00
1162	Construção de Adutoras	SEIRHMA	Adutora implantada	Unidade	2	26.500.000,00
1476	Abastecimento de Água Através de Carro-Pipa	SEIRHMA	Comunidade urbana e rural abastecida	Unidade	500	2.110.000,00
1510	Recuperação, Despoluição e Preservação dos Recursos Hídricos	Fundo de Recursos Hídricos	Equipamento recuperado		10	510.000,00
1562	Construção e Recuperação de Cisternas	SEIRHMA	Cisterna construída e/ou recuperada	Unidade	15	100.000,00

1599	Operacionalização, Gerenciamento e Monitoramento das Ações de Irrigação e Drenagem	SEDAP	Irrigante beneficiado	Unidade	1	1.706.420,00
1678	Construção e Ampliação da Infraestrutura Piscícola	SEDAP	Unidade construída/ampliada/reformada	Unidade	1	300.500,00
1703	Implementação de Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água das Chuvas para o Consumo Humano e a Produção de Alimentos	SEDH	Cisterna construída	Unidade	300	22.000,00
1737	Implantação do Canal Acauã/Araçagi	SEIRHMA	Canal implantado	Unidade	1	113.000.000,00
1806	Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática	Cooperar	Projeto de DS em aglomerado produtivo implantado		353	51.350.895,00
1853	Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário	SEIRHMA	Sistema de esgotamento sanitário implantado	Unidade	4	17.000.000,00
1854	Implantação, Recuperação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento D' água	SEIRHMA	Sistema de abastecimento de água construído	Unidade	2	10.000.000,00
1855	Implementação, Recuperação e Gestão de Sistemas de Dessalinização	SEIRHMA	Sistema implantado/mantido	Unidade	8	3.145.000,00
1862	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Barreiros no Âmbito do Programa Água Para Todos	SEIRHMA	Sistema de abastecimento de água construído	Unidade	60	2.487.000,00
2267	Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Esgotamento Sanitário	SEIRHMA	Serviço de esgotamento sanitário implantado	Unidade	1	25.857.055,00
2460	Perfuração, Instalação e Recuperação de Poços Tubulares	SEIRHMA	Poço tubular perfurado e instalado		60	3.150.000,00
4252	Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Abastecimento D' água	SEIRHMA				280.710.336,00
4278	Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca em Águas Interiores	SEDAP	Alevino produzido e distribuído	Unidade	1	1.115.000,00
4616	Apoio às Atividades de Aquicultura e Pesca	Fundagro	Piscicultores, pescadores e aquicultores inseridos no processo produtivo	Unidade	1	171.000,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.7 - Diretriz 8 - Monitoramento

Monitoramento da realização do direito humano à alimentação e nutrição adequada.

No quadro 07 abaixo encontram-se as iniciativas que foram por nós vinculadas à Diretriz Nacional de SAN 08, com suas respectivas instituições responsáveis, definição do produto a ser alcançado, unidade de medida, quantidade a ser monitorada e ainda o valor orçado para 2021.

Quadro 07 - Iniciativas da Diretriz 8.

Cód Inic.	Iniciativas	Órgão Resp.	Produto 2021	Unidade 2021	Quant. 2021	Orçado para 2021 (R\$)
1505	Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado	Fundo de Recursos Hídricos	Comitê apoiado		3	320.000,00
1822	Implementação e Manutenção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na Paraíba	SEDH	Município atendido	Unidade	50	20.000,00
2466	Execução de Atividades de Qualidade	Inmetro	Fiscalização realizada	Unidade	193.000	125.000,00
4287	Defesa Sanitária Animal e Vegetal	SEDAP	Rebanho bovino, caprino e ovino sob controle sanitário	Unidade	1	2.237.000,00
4542	Manutenção do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA-PB	Casa Civil	Conselho mantido	Unidade	1	72.000,00
4781	Gestão de Pactos Sociais e de Iniciativas de Interesse Coletivo	SEDAM	Relatório de acompanhamento de Pactos e de Iniciativas realizadas	Unidade	10	3.506.200
4902	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação	Codata	Programa apoiado	Unidade	90	22.100.000,00

Fonte: Portal da Transparência PB

2.7.1 - Ações Especiais Realizadas na Pandemia da Covid-19

As ações abaixo foram realizadas este ano de 2021 como forma de mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 em meio à população mais vulnerável. As ações realizadas em 2020 de apoio à mesma população, para minimizar o impacto da Covid-19, encontram-se na PROASSAN 2020, (Apêndice 1, item 1.7.2). Outras ações foram realizadas por Secretarias e órgãos integrantes da CAISAN e se encontram inseridas na Lei Orçamentária Anual de cada uma delas.

Tabela 01 - Ações Emergenciais realizadas pela SEDH-PB em 2021.

AÇÃO DE GOVERNO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	SALDO A PAGAR
4264 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.790.482,00	4.764.082,00	4.764.082,00	3.026.400,00
4268 - DISPONIBILIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO	1.740.170,00	1.740.170,00	1.740.170,00	0
4594 - CARTÃO ALIMENTAÇÃO	959.948,36	959.948,36	959.948,36	0
Total	10.490.600,36	7.464.200,36	7.464.200,36	3.026.400,00

Fonte: Portal da Transparência PB

Data de atualização: 14/06/2021

APÊNDICE 3

MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS POR ÍNDICE DE INSAN

(Classificados por Ordem Alfabética)

João Pessoa, 20 de junho de 2020

MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS POR ÍNDICE DE INSAN

No item 1.2 da Análise Situacional do II PLANSAN-PB encontra-se a apresentação do Mapa INSAN-PB 2020. Na tabela 1 abaixo estão relacionados por ordem alfabética os cento e setenta e dois municípios paraibanos com Índice de INSAN Extremamente Alto, Alto e Médio, índices esses resultantes da análise do mapa citado.

Tabela 01 - Municípios Prioritários Classificados por Ordem Alfabética .

Código IBGE	Região	Município	Índice de INSAN	Categorias do Índice de INSAN
250030	3	Alagoa Grande	0,65	Médio
250050	2	Alagoinha	0,7	Médio
250053	3	Alcantil	0,68	Médio
250060	1	Alhandra	0,71	Alto
250073	5	Amparo	0,76	Alto
250080	2	Araçagi	0,77	Alto
250090	3	Arara	0,63	Médio
250100	2	Araruna	0,7	Médio
250110	3	Areia	0,72	Alto
250115	6	Areia de Baraúnas	0,68	Médio
250120	3	Areial	0,62	Médio
250130	3	Aroeiras	0,8	Alto
250135	3	Assunção	0,81	Extremamente Alto
250140	14	Baía da Traição	0,71	Alto
250153	4	Baraúna	0,74	Alto
250160	4	Barra de Santa Rosa	0,67	Médio
250157	3	Barra de Santana	0,82	Extremamente Alto
250170	3	Barra de São Miguel	0,66	Médio
250190	2	Belém	0,64	Médio
250200	8	Belém do Brejo do Cruz	0,66	Médio
250205	9	Bernardino Batista	0,81	Extremamente Alto
250210	7	Boa Ventura	0,75	Alto
250215	3	Boa Vista	0,66	Médio
250220	9	Bom Jesus	0,86	Extremamente Alto
250230	8	Bom Sucesso	0,71	Alto
250250	3	Boqueirão	0,62	Médio
250270	2	Borborema	0,61	Médio
250280	8	Brejo do Cruz	0,68	Médio
250290	8	Brejo dos Santos	0,78	Alto
250300	1	Caaporã	0,73	Alto
250330	9	Cachoeira dos Índios	0,67	Médio
250340	6	Cacimba de Areia	0,69	Médio
250355	6	Cacimbas	0,88	Extremamente Alto
250360	2	Caiçara	0,69	Médio
250370	9	Cajazeiras	0,64	Médio
250375	13	Cajazeirinhas	0,71	Alto
250380	12	Caldas Brandão	0,73	Alto
250390	5	Camalaú	0,69	Médio

250403	14	Capim	0,66	Médio
250407	5	Caraúbas	0,66	Médio
250410	9	Carrapateira	0,65	Médio
250415	2	Casserengue	0,67	Médio
250420	6	Catingueira	0,65	Médio
250430	8	Catolé do Rocha	0,78	Alto
250435	3	Caturité	0,77	Alto
250440	7	Conceição	0,73	Alto
250450	13	Condado	0,66	Médio
250460	1	Conde	0,8	Alto
250470	5	Congo	0,62	Médio
250480	7	Coremas	0,72	Alto
250485	5	Coxixola	0,66	Médio
250490	1	Cruz do Espírito Santo	0,8	Alto
250500	4	Cubati	0,63	Médio
250510	2	Cuité	0,65	Médio
250523	4	Cuité de Mamanguape	0,86	Extremamente Alto
250520	14	Cuitegi	0,73	Alto
250527	14	Curral de Cima	0,69	Médio
250530	7	Curral Velho	0,62	Médio
250535	4	Damião	0,78	Alto
250540	6	Desterro	0,75	Alto
250560	7	Diamante	0,8	Alto
250570	2	Dona Inês	0,77	Alto
250580	2	Duas Estradas	0,69	Médio
250590	6	Emas	0,61	Médio
250610	3	Fagundes	0,71	Alto
250625	3	Gado Bravo	0,82	Extremamente Alto
250640	12	Gurinhém	1	Extremamente Alto
250650	5	Gurjão	0,83	Extremamente Alto
250660	7	Ibiara	0,65	Médio
250260	7	Igaracy	0,77	Alto
250680	12	Ingá	0,81	Extremamente Alto
250690	12	Itabaiana	0,78	Alto
250720	12	Itatuba	0,68	Médio
250730	14	Jacaraú	0,63	Médio
250740	8	Jericó	0,62	Médio
250760	12	Juarez Távora	0,71	Alto
250770	3	Juazeirinho	0,73	Alto
250780	6	Junco do Seridó	0,66	Médio
250790	12	Juripiranga	0,7	Médio
250800	11	Jurú	0,66	Médio
250810	13	Lagoa	0,85	Extremamente Alto
250820	14	Lagoa de Dentro	0,64	Médio
250830	3	Lagoa Seca	0,65	Médio

250840	10	Lastro	0,67	Médio
250850	3	Livramento	0,61	Médio
250855	2	Logradouro	0,74	Alto
250860	1	Lucena	0,67	Médio
250880	6	Malta	0,67	Médio
250890	14	Mamanguape	0,61	Médio
250900	11	Manaíra	0,77	Alto
250905	14	Marcação	0,65	Médio
250910	1	Mari	0,61	Médio
250915	10	Marizópolis	0,64	Médio
250920	3	Massaranduba	0,9	Extremamente Alto
250930	14	Mataraca	0,78	Alto
250933	3	Matinhas	0,88	Extremamente Alto
250937	8	Mato Grosso	0,61	Médio
250940	12	Mogeiro	0,74	Alto
250950	3	Montadas	0,61	Médio
250960	9	Monte Horebe	0,67	Médio
250970	5	Monteiro	0,68	Médio
250980	2	Mulungu	0,81	Extremamente Alto
250990	3	Natuba	0,62	Médio
251020	7	Nova Olinda	0,64	Médio
251030	4	Nova Palmeira	0,86	Extremamente Alto
251040	7	Olho D'Água	0,63	Médio
251050	3	Olivedos	0,64	Médio
251060	5	Ouro Velho	0,75	Alto
251065	5	Parari	0,62	Médio
251070	6	Passagem	0,81	Extremamente Alto
251090	13	Paulista	0,75	Alto
251100	7	Pedra Branca	0,69	Médio
251120	12	Pedras de Fogo	0,73	Alto
251272	14	Pedro Régis	0,69	Médio
251130	7	Piancó	0,66	Médio
251140	4	Picuí	0,82	Extremamente Alto
251150	12	Pilar	0,74	Alto
251160	2	Pilões	0,9	Extremamente Alto
251170	2	Pilõezinhos	0,76	Alto
251190	1	Pitimbu	0,83	Extremamente Alto
251200	3	Pocinhos	0,71	Alto
251203	9	Poço Dantas	0,64	Médio
251210	13	Pombal	0,84	Extremamente Alto
251220	5	Prata	0,68	Médio
251240	3	Puxinanã	0,65	Médio
251260	6	Quixaba	0,68	Médio
251274	2	Riachão	0,74	Alto

251275	12	Riachão do Bacamarte	1	Extremamente Alto
251276	1	Riachão do Poço	0,61	Médio
251278	3	Riacho de Santo Antônio	0,72	Alto
251280	8	Riacho dos Cavalos	0,71	Alto
251290	14	Rio Tinto	0,63	Médio
251300	6	Salgadinho	0,73	Alto
251315	3	Santa Cecília	0,91	Extremamente Alto
251330	9	Santa Helena	0,96	Extremamente Alto
251335	7	Santa Inês	0,87	Extremamente Alto
251340	6	Santa Luzia	0,64	Médio
251350	7	Santana de Mangueira	0,74	Alto
251360	7	Santana dos Garrotes	0,65	Médio
251385	5	Santo André	0,73	Alto
251392	13	São Bentinho	0,61	Médio
251390	8	São Bento	0,72	Alto
251400	5	São João do Cariri	0,69	Médio
250070	9	São João do Rio do Peixe	0,68	Médio
251410	5	São João do Tigre	0,7	Médio
251420	10	São José da Lagoa Tapada	0,62	Médio
251450	9	São José de Piranhas	0,67	Médio
251455	11	São José de Princesa	0,75	Alto
251460	6	São José do Bonfim	0,66	Médio
251465	8	São José do Brejo do Cruz	0,92	Extremamente Alto
251480	5	São José dos Cordeiros	0,76	Alto
251445	12	São José dos Ramos	0,71	Alto
251500	12	São Miguel de Taipu	0,73	Alto
251540	4	São Vicente do Seridó	0,79	Alto
251550	5	Serra Branca	0,77	Alto
251560	2	Serra da Raiz	0,7	Médio
251570	7	Serra Grande	0,62	Médio
251580	12	Serra Redonda	0,87	Extremamente Alto
251590	2	Serraria	0,67	Médio
251597	1	Sobrado	0,73	Alto
251610	3	Soledade	0,77	Alto
251615	4	Sossego	0,79	Alto
251620	10	Sousa	0,64	Médio
251630	5	Sumé	0,67	Médio
251640	2	Tacima	0,78	Alto
251650	3	Taperoá	0,73	Alto
251660	11	Tavares	0,67	Médio
251670	6	Teixeira	0,71	Alto
251675	3	Tenório	0,74	Alto
251680	9	Triunfo	0,69	Médio
251700	3	Umbuzeiro	0,75	Alto
251710	6	Várzea	0,65	Médio

Fonte: SEDH-PB/DSAN/SISAN

Data: 20/06/2020

APÊNDICE 4 - DETALHAMENTO DA ADEÇÃO AO SISAN

4.1 - Adesão Municipal no Estado

Os municípios paraibanos encontram-se em pleno processo de adesão ao SISAN, que aqui dividimos em quatro estágios: Adesão não iniciada; Em processo de adesão; Processo estadual de adesão concluído; e Referendo nacional publicado. No Quadro 1 abaixo encontram-se os 223 municípios do Estado e suas respectivas situações atuais de adesão.

Quadro 01 - Situação da Adesão por Município.

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA ADEÇÃO AO SISAN
Água Branca	Adesão não iniciada
Aguiar	Em processo de adesão
Alagoa Grande	Adesão não iniciada
Alagoa Nova	Adesão não iniciada
Alagoinha	Em processo de adesão
Alcantil	Adesão não iniciada
Algodão de Jandaíra	Adesão não iniciada
Alhandra	Em processo de adesão
Amparo	Em processo de adesão
Areia	Referendo nacional publicado
Aparecida	Adesão não iniciada
Araçagi	Adesão não iniciada
Arara	Em processo de adesão
Araruna	Em processo de adesão
Assunção	Referendo nacional publicado
Areia de Baraúnas	Em processo de adesão
Areial	Adesão não iniciada
Aroeiras	Em processo de adesão
Baía da Traição	Em processo de adesão
Bernardino Batista	Em processo de adesão
Bananeiras	Adesão não iniciada
Baraúna	Adesão não iniciada
Barra de Santana	Em processo de adesão
Barra de Santa Rosa	Em processo de adesão
Barra de São Miguel	Adesão não iniciada
Bayeux	Em processo de adesão
Belém	Em processo de adesão
Belém do Brejo do Cruz	Em processo de adesão
Boa Ventura	Referendo nacional publicado
Boa Vista	Em processo de adesão
Bom Sucesso	Referendo nacional publicado
Bom Jesus	Em processo de adesão
Cabedelo	Referendo nacional publicado
Bonito de Santa Fé	Adesão não iniciada

Boqueirão	Em processo de adesão
Igaracy	Em processo de adesão
Borborema	Em processo de adesão
Brejo do Cruz	Adesão não iniciada
Brejo dos Santos	Adesão não iniciada
Caaporã	Adesão não iniciada
Cabaceiras	Adesão não iniciada
Cajazeiras	Referendo nacional publicado
Cachoeira dos Índios	Em processo de adesão
Cacimba de Areia	Adesão não iniciada
Cacimba de Dentro	Adesão não iniciada
Cacimbas	Adesão não iniciada
Caiçara	Em processo de adesão
Carrapateira	Em processo de adesão
Cajazeirinhas	Adesão não iniciada
Caldas Brandão	Adesão não iniciada
Camalaú	Em processo de adesão
Campina Grande	Adesão não iniciada
Capim	Em processo de adesão
Caraúbas	Em processo de adesão
Gurinhém	Referendo nacional publicado
Casserengue	Adesão não iniciada
Catingueira	Adesão não iniciada
Catolé do Rocha	Em processo de adesão
Caturité	Em processo de adesão
Conceição	Adesão não iniciada
Condado	Adesão não iniciada
Conde	Em processo de adesão
Congo	Em processo de adesão
Coremas	Em processo de adesão
Coxixola	Em processo de adesão
Cruz do Espírito Santo	Adesão não iniciada
Cubati	Adesão não iniciada
Cuité	Em processo de adesão
Cuitegi	Adesão não iniciada
Cuité de Mamanguape	Em processo de adesão
Curral de Cima	Em processo de adesão
Curral Velho	Em processo de adesão
Damião	Em processo de adesão
Desterro	Adesão não iniciada
Vista Serrana	Adesão não iniciada
Diamante	Em processo de adesão
Dona Inês	Em processo de adesão
Duas Estradas	Em processo de adesão
Emas	Em processo de adesão
Esperança	Adesão não iniciada

Fagundes	Adesão não iniciada
Frei Martinho	Adesão não iniciada
Gado Bravo	Em processo de adesão
Guarabira	Adesão não iniciada
Itapororoca	Em processo de adesão
Gurjão	Em processo de adesão
Ibiara	Adesão não iniciada
Imaculada	Em processo de adesão
Ingá	Em processo de adesão
Itabaiana	Adesão não iniciada
Itaporanga	Em processo de adesão
João Pessoa	Referendo nacional publicado
Itatuba	Adesão não iniciada
Jacaraú	Em processo de adesão
Jericó	Em processo de adesão
Lucena	Referendo nacional publicado
Juarez Távora	Em processo de adesão
Juazeirinho	Adesão não iniciada
Junco do Seridó	Em processo de adesão
Juripiranga	Em processo de adesão
Jurú	Em processo de adesão
Lagoa	Adesão não iniciada
Lagoa de Dentro	Em processo de adesão
Lagoa Seca	Em processo de adesão
Lastro	Adesão não iniciada
Livramento	Em processo de adesão
Logradouro	Adesão não iniciada
Marcação	Em processo de adesão
Mãe D'Água	Adesão não iniciada
Malta	Adesão não iniciada
Mamanguape	Em processo de adesão
Manaíra	Adesão não iniciada
Monteiro	Referendo nacional publicado
Mari	Em processo de adesão
Marizópolis	Adesão não iniciada
Massaranduba	Adesão não iniciada
Mataraca	Adesão não iniciada
Matinhas	Adesão não iniciada
Mato Grosso	Em processo de adesão
Maturéia	Em processo de adesão
Mogéiro	Em processo de adesão
Montadas	Em processo de adesão
Monte Horebe	Em processo de adesão
Mulungu	Referendo nacional publicado
Passagem	Referendo nacional publicado
Natuba	Em processo de adesão

Nazarezinho	Adesão não iniciada
Nova Floresta	Em processo de adesão
Nova Olinda	Em processo de adesão
Nova Palmeira	Em processo de adesão
Olho D'Água	Em processo de adesão
Olivedos	Em processo de adesão
Ouro Velho	Adesão não iniciada
Parari	Em processo de adesão
Patos	Referendo nacional publicado
Pedro Régis	Em processo de adesão
Paulista	Adesão não iniciada
Pedra Branca	Adesão não iniciada
Pedra Lavrada	Adesão não iniciada
Pedras de Fogo	Em processo de adesão
Piancó	Em processo de adesão
Picuí	Referendo nacional publicado
Pilar	Adesão não iniciada
Pilões	Em processo de adesão
Pilõezinhos	Adesão não iniciada
Pirpirituba	Em processo de adesão
Pitimbu	Referendo nacional publicado
Pocinhos	Adesão não iniciada
Poço Dantas	Em processo de adesão
Poço de José de Moura	Em processo de adesão
Pombal	Referendo nacional publicado
Prata	Em processo de adesão
Princesa Isabel	Adesão não iniciada
Puxinanã	Em processo de adesão
Queimadas	Em processo de adesão
Quixaba	Adesão não iniciada
Remígio	Adesão não iniciada
Salgadinho	Em processo de adesão
Riachão	Em processo de adesão
Riachão do Bacamarte	Adesão não iniciada
Riachão do Poço	Adesão não iniciada
Riacho de Santo Antônio	Adesão não iniciada
Riacho dos Cavalos	Em processo de adesão
Rio Tinto	Em processo de adesão
Santa Helena	Referendo nacional publicado
Salgado de São Félix	Em processo de adesão
Santa Cecília	Adesão não iniciada
Santa Cruz	Em processo de adesão
Santa Inês	Processo estadual de adesão concluído
Santa Teresinha	Em processo de adesão
Santa Luzia	Adesão não iniciada
Santana de Mangueira	Adesão não iniciada
Santana dos Garrotes	Em processo de adesão
Joca Claudino	Em processo de adesão
Santa Rita	Em processo de adesão

São Bento	Referendo nacional publicado
Santo André	Em processo de adesão
São João do Rio do Peixe	Referendo nacional publicado
São Bentinho	Adesão não iniciada
São Domingos do Cariri	Adesão não iniciada
São Domingos	Adesão não iniciada
São Francisco	Adesão não iniciada
São João do Cariri	Em processo de adesão
São João do Tigre	Referendo nacional publicado
São José da Lagoa Tapada	Adesão não iniciada
São José de Caiana	Adesão não iniciada
São José de Espinharas	Adesão não iniciada
São José dos Ramos	Em processo de adesão
São José de Piranhas	Adesão não iniciada
São José de Princesa	Adesão não iniciada
São José do Bonfim	Em processo de adesão
São José do Brejo do Cruz	Referendo nacional publicado
São José do Sabugi	Adesão não iniciada
São José dos Cordeiros	Referendo nacional publicado
São Mamede	Adesão não iniciada
São Miguel de Taipu	Adesão não iniciada
São Sebastião de Lagoa de Roça	Em processo de adesão
São Sebastião do Umbuzeiro	Em processo de adesão
Sapé	Em processo de adesão
São Vicente do Seridó	Adesão não iniciada
Serra Branca	Referendo nacional publicado
Serra da Raiz	Em processo de adesão
Serra Grande	Adesão não iniciada
Serra Redonda	Em processo de adesão
Serraria	Referendo nacional publicado
Sertãozinho	Adesão não iniciada
Sobrado	Em processo de adesão
Solânea	Adesão não iniciada
Soledade	Em processo de adesão
Sossego	Em processo de adesão
Sousa	Adesão não iniciada
Sumé	Referendo nacional publicado
Tacima	Em processo de adesão
Taperoá	Adesão não iniciada
Tavares	Em processo de adesão
Teixeira	Adesão não iniciada
Tenório	Adesão não iniciada
Triunfo	Em processo de adesão
Uiraúna	Referendo nacional publicado
Umbuzeiro	Em processo de adesão
Várzea	Em processo de adesão
Vieirópolis	Adesão não iniciada
Zabelê	Em processo de adesão

Fonte: SEDH / DSAN / SISAN

Data: 10/05/2021

4.2 - Municípios com Legislação Completa de SAN

A Legislação de SAN no âmbito municipal inclui a Lei Municipal de SAN e seus dois decretos regulamentadores, um da CAISAN e outro do COMSEA. No quadro 02 abaixo encontram-se todos os municípios que já possuem essas normas publicadas, embora possam ainda não terem concluído o processo de adesão ao SISAN.

Quadro 02 - Relação dos municípios com Legislação Completa de SAN.

MUNICÍPIO	
Amparo	Picuí
Areia	Pitimbu
Assunção	Poço Dantas
Baía da Traição	Pombal
Bernardino Batista	Prata
Boa Ventura	Salgadinho
Boa Vista	Santa Helena
Bom Sucesso	Santa Inês
Cabedelo	Santa Teresinha
Cajazeiras	São Bento
Carrapateira	São João do Rio do Peixe
Gurinhém	São João do Tigre
Itapororoca	São José do Brejo do Cruz
Lucena	São José dos Cordeiros
Marcação	Serra Branca
Monteiro	Serra da Raiz
Mulungu	Serraria
Passagem	Sumé
Patos	Uiraúna
Pedro Régis	Várzea

Fonte: SEDH / DSAN / SISAN
Data: 10/05/2021



CAISAN PB
CÂMARA INTERSECTORIAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL